

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Janine Gudolle de Souza

**DIFERENTES FORMAS DE VIOLÊNCIA NO CONTEXTO  
UNIVERSITÁRIO: EXPERIÊNCIAS E REPRESENTAÇÕES DA  
COMUNIDADE ACADÊMICA**

Santa Maria, RS  
2021

**Janine Gudolle de Souza**

**DIFERENTES FORMAS DE VIOLÊNCIA NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO:  
EXPERIÊNCIAS E REPRESENTAÇÕES DA COMUNIDADE ACADÊMICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestra em Psicologia**.

Orientadora: Prof. Dra. Adriane Rubio Roso  
Coorientadora: Prof. Dra. Samara Silva dos Santos

Santa Maria, RS  
2021

Souza, Janine Gudolle de  
Diferentes formas de violência no contexto  
universitário: Experiências e representações da  
comunidade acadêmica / Janine Gudolle de Souza.- 2021.  
63 p.; 30 cm

Orientadora: Adriane Roso  
Coorientadora: Samara Silva dos Santos  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de  
Pós-Graduação em Psicologia, RS, 2021

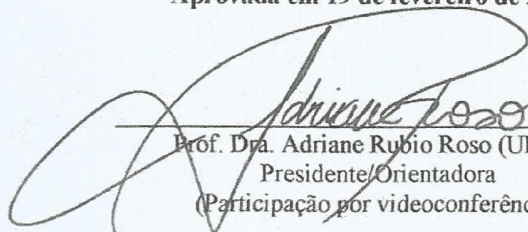
1. Violência 2. Violência contra as mulheres 3.  
Universidade 4. Ensino Superior 5. Psicologia Social I.  
Roso, Adriane II. Silva dos Santos, Samara III. Título.

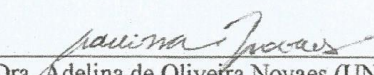
Janine Gudolle de Souza

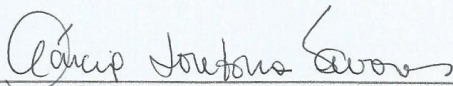
**DIFERENTES FORMAS DE VIOLÊNCIA NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO  
EXPERIÊNCIAS E REPRESENTAÇÕES DA COMUNIDADE ACADÊMICA**

Dissertação apresentada ao Programa  
Pós-Graduação em Psicologia,  
Universidade Federal de Santa  
(UFSM, RS), como requisito parcial  
obtenção do título de **Mestra em Psico**

Aprovada em 19 de fevereiro de 2021:

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Adriane Rubio Roso (UFSM)  
Presidente/Orientadora  
(Participação por videoconferência)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Adelina de Oliveira Novaes (UNICID/FCC)  
(Participação por videoconferência)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Márcia Santana Tavares (UFBA)  
(Participação por parecer)

## AGRADECIMENTOS

*Tudo aquilo que realizamos não aconteceria sem o suporte de outras pessoas, por isso gostaria de, carinhosamente, agradecer:*

*- aos meus pais, Gislaine Gudolle de Souza e Jorge dos Santos de Souza, por todo amor e carinho que depositam em mim, por estarem sempre me incentivando e me apoiando, sem vocês nada disso seria possível;*

*- aos meus irmãos, Danilo Gudolle de Souza e Lauriane Gudolle de Souza, que mesmo longe fisicamente, sempre se fizeram presentes e me proporcionaram a incrível experiência de me tornar tia, por isso também registro aqui o meu amor por minhas sobrinhas que fazem parte dos meus pensamentos diários, Amanda Hummel Gudolle, Martina Gudolle Buchmann e Maitê Gudolle Buchmann;*

*- ao meu amor, Bruno Behenck Aramburu, que acompanhou toda essa jornada, desde a aprovação no mestrado até a sua finalização, tornando esse percurso leve e repleto de amor;*

*- à minha orientadora, Adriane Rubio Roso, pela confiança depositada em mim em todos esses anos de encontros e pesquisas, por sempre acreditar no meu potencial, contribuindo para a pessoa e profissional que sou hoje;*

*- ao VIDAS – Núcleo de Pesquisa, Ensino e Extensão em Psicologia Clínica-Social e todos os seus membros, pela possibilidade de estar inserida em um espaço potente de muitas trocas e aprendizados;*

*- à Daniela Porto Giacomelli e à Lays Regina Nardes Jost, minhas estudantes de iniciação científica, por todo o empenho e ajuda na realização desta pesquisa;*

*- à Coordenadoria de Ações Educacionais (CAED) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), pela possibilidade de uma importante experiência profissional enquanto psicóloga;*

*- às amigas da graduação em Psicologia, às amigas do ensino médio, às amigas do cursinho e a tantas outras pessoas que direta ou indiretamente estiveram comigo nessa trajetória, que me apoiaram e sempre acreditaram em mim.*

## RESUMO

### **DIFERENTES FORMAS DE VIOLÊNCIA NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO: EXPERIÊNCIAS E REPRESENTAÇÕES DA COMUNIDADE ACADÊMICA**

AUTORA: Janine Gudolle de Souza

ORIENTADORA: Adriane Rubio Roso

A violência presente nos diferentes espaços sociais tem sido tema de discussão e debates ao longo dos últimos anos. Nesta dissertação, tivemos como tema central as violências que acontecem no contexto universitário, que afetam sobretudo as mulheres. Objetivamos conhecer as experiências da comunidade acadêmica acerca das violências presentes no espaço universitário. Ainda, buscamos analisar as ações realizadas pela Universidade Federal de Santa Maria para combater as violências e mapear os tipos de violências predominantes no contexto da Universidade Federal de Santa Maria e como elas são reconhecidas. O primeiro estudo que compõe esta dissertação foi realizado a partir de uma revisão integrativa de artigos científicos que buscou compreender as ações realizadas por universidades da América Latina no enfrentamento às violências. De modo geral, percebemos que os estudos sobre o tema podem ser considerados recentes, uma vez que a maior parte dos artigos foi publicada em 2019 e, ainda, predominaram publicações realizadas no México e na Colômbia. As universidades têm criado protocolos, mas ainda persiste um silenciamento institucional diante dos casos. Observamos que a mobilização das mulheres nas universidades tem promovido transformações. O segundo estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa, utilizando como instrumentos para construção das informações entrevistas semiestruturadas e a Técnica de Associação Livre de Palavras (TALP). Quinze pessoas da comunidade acadêmica da Universidade Federal de Santa Maria foram entrevistadas, resultando em um estudo que articulou os relatos com a Teoria das Representações Sociais. Evidenciamos que a violência tem sido ancorada na agressão física, embora haja transformações nas representações acerca desta temática a partir das experiências pessoais e profissionais dos participantes. Podemos constatar que por mais que a violência faça parte da história das instituições, atualmente, podemos falar mais sobre ela. Ainda não estamos no patamar de agir mais, mas poder falar, discutir, debater sobre o assunto já pode ser um primeiro passo para o início de uma transformação institucional e social. A instituição estudada vem promovendo ações para enfrentar a violência, porém ainda não se tem um fluxo de acompanhamento dos casos, havendo uma certa individualização do entendimento da violência. Concluimos que o caminho a se percorrer para um melhor enfrentamento das violências neste contexto educacional ainda é longo, pois embora haja modificações em curso, há muito ainda no que avançar.

**Palavras-chave:** Violência; Violência contra as mulheres; Universidade; Ensino Superior; Psicologia Social.

## ABSTRACT

### **DIFFERENT FORMS OF VIOLENCE IN THE COLLEGE CONTEXT: EXPERIENCES AND REPRESENTATIONS OF THE ACADEMIC COMMUNITY**

AUTHOR: Janine Gudolle de Souza  
SUPERVISOR: Adriane Rubio Roso

The violence present in different social spaces has been a topic of discussion and debate over the past few years. In this dissertation, we had as a central theme the violence that happens in the college context, which mainly affects women. We aim to know the experiences of the academic community about the violence present in the university space. Furthermore, we seek to analyze the actions taken by the Federal University of Santa Maria to combat violence and to map the types of violence prevalent in the context of the Federal University of Santa Maria and how they are recognized. The first study that makes up this dissertation was carried out based on an integrative review of scientific articles that sought to understand the actions taken by universities in Latin America to confront violence. In general, we realized that studies on the topic can be considered recent, since most of the articles were published in 2019 and, still, publications in Mexico and Colombia predominated. Universities have created protocols, but there is still an institutional silence in the face of cases. We observe that the mobilization of women in universities has promoted transformations. The second study is a qualitative research, using semi-structured interviews and the Free Word Association Technique (TALP) as tools for building information. Fifteen people from the academic community of the Federal University of Santa Maria were interviewed, resulting in a study that articulated the reports with the Theory of Social Representations. We show that violence has been anchored in physical aggression, although there are transformations in representations about this theme based on the participants' personal and professional experiences. We can see that even though violence is part of the history of institutions, currently, we can talk more about it. We are not yet at the level of acting more, but being able to speak, discuss, debate on the subject can already be a first step towards the beginning of an institutional and social transformation. The institution studied has been promoting actions to tackle violence, but there is still no flow of monitoring cases, with a certain individualization of the understanding of violence. We conclude that the path to be followed for a better confrontation of violence in this educational context is still long, because although there are changes in progress, there is still much to be done.

**Keywords:** Violence; Violence against women; University; Higher education; Social Psychology.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
ESTUDO 01: VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NA UNIVERSIDADE: UM ESTUDO SOBRE AS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS LATINO-AMERICANAS .....	11
ESTUDO 02: VIOLÊNCIAS NA UNIVERSIDADE: COMPREENSÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA COMUNIDADE ACADÊMICA.....	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	59
REFERÊNCIAS .....	61
APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	62
APÊNDICE B – TÉCNICA DE ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS (TALP).....	63



## INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado encontra-se vinculada a um projeto de pesquisa maior intitulado “Vidas precárias no ciber mundo - Estudos sobre violências, poder e interseccionalidades dos sistemas hierárquicos”, registrado no Sistema de Informações para o Ensino (SIE) sob o número GAP/CCSH 046983. Este tem por objetivo refletir sobre as múltiplas experiências, saberes e discursos, de minorias sociais e de elites simbólicas, relacionados a diversas formas de expressão das violências cotidianas (tais como o racismo, sexismo, classismo, homofobia, xenofobia), sutis ou explícitas, com o intuito de identificar representações sociais e as relações de poder que engendram ações e estratégias cotidianas, miúdas ou expressivas, na busca por tornar a vida precária em uma vida boa (para si e para todos) no ciber mundo.

O projeto de pesquisa maior pretende compreender as diferentes violências nos distintos espaços em que elas podem ocorrer. Esta dissertação, ao derivar desse projeto, propõe-se a entender as distintas formas de violências a partir do olhar sobre uma instituição, que é a universidade. Primeiramente, foi realizado um levantamento documental a partir de uma revisão integrativa de artigos científicos. Posteriormente, realizamos uma pesquisa qualitativa, buscando informações por meio de entrevistas semiestruturadas e a técnica de Associação Livre de Palavras (TALP). Utilizamos como embasamento teórico para analisar os dados a Teoria das Representações Sociais (ARRUDA, 2014; JOVCHELOVITCH, 2008; MOSCOVICI, 2015) e os Estudos de Gênero (CONNELL; PEARSE, 2015, SAFFIOTI, 2004).

Igualmente, este estudo conta com a perspectiva da Psicologia Social Crítica (GUARESCHI, 2012) para compreender a violência. Como salienta Parada (2017), a violência não é conceituada como inerente à natureza, mas como uma prática que os sujeitos adquirem em consonância com as suas relações sociais, as normas, os lugares que ocupam e o tempo histórico em que estão inseridos. Assim, corroborando com tal ideia, Guimarães e Pedroza (2015) destacam que além de levar em conta aspectos culturais e sociais para entender o fenômeno da violência, deve-se refletir sobre dimensões pessoais e subjetivas das pessoas envolvidas, sendo que todos esses aspectos e dimensões se relacionam.

Configura-se como objetivo geral conhecer as experiências da comunidade acadêmica (estudantes e servidores/as) acerca das violências presentes no espaço universitário. Já os objetivos específicos são analisar as ações realizadas pela Universidade Federal de Santa Maria para combater as violências, bem como mapear os tipos de violências predominantes no contexto da Universidade Federal de Santa Maria e como elas são reconhecidas.

Esta pesquisa teve como finalidade dar continuidade à linha de pesquisa desenvolvida no final da minha graduação, pretendendo aprofundar os estudos sobre as violências dentro do contexto universitário. Neste primeiro estudo sobre o tema, foi possível lançar o olhar sobre uma forma de violência específica, a violência sexual dentro da universidade, a partir das percepções de pessoas que se envolveram com o atendimento de um caso ocorrido na Casa do Estudante Universitário em 2017. Foi possível evidenciar que há pouco reconhecimento sobre o que fazer dentro da instituição quando é necessário buscar ajuda, uma vez que a estudante que sofreu a violência percorreu uma série de lugares institucionais que a negaram atendimento.

A partir dessa experiência, por meio da inserção no mestrado, buscamos ampliar o olhar sobre o fenômeno, ao compreender quais outras formas de violência estão presentes neste contexto, bem como buscamos contato com pessoas dos diferentes segmentos universitários, isto é, conversamos com estudantes, docentes e técnicos-administrativos em educação. Nos indagamos sobre o que as pessoas estão entendendo sobre violência, o que fazer diante de um caso de violência, o que deveria ser oferecido pela instituição, o que contribui para que a violência seja recorrente neste contexto, entre outros questionamentos. Não só buscamos aprofundar o tema, como também buscamos explorar mais esta problemática, posto que se reconhece a carência de estudos sobre o tema (BELLINI, 2018; PORTO, 2017; SOUZA, FRANÇA; PEREIRA, 2020).

A presente dissertação está dividida em dois estudos, o primeiro trata-se de uma revisão integrativa da literatura, a qual resultou na análise de 40 artigos científicos sobre a temática da violência contra as mulheres na universidade. O estudo teve como objetivo compreender quais ações as universidades da América Latina têm proposto para o enfrentamento da violência contra as mulheres. Já o segundo estudo é resultado de entrevistas semiestruturadas realizadas com quinze pessoas da comunidade acadêmica da Universidade Federal de Santa Maria, tendo por objetivo conhecer as experiências da comunidade acadêmica sobre as diferentes formas de violência no contexto universitário. Além disso, realizamos a elaboração de uma cartilha denominada “Violência contra as mulheres na UFSM” com a intenção de nomear as violências, elencar os serviços em que se pode buscar ajuda, assim como contribuir na busca por um melhor reconhecimento das violências neste contexto.

## ESTUDO 01

# VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NA UNIVERSIDADE: UM ESTUDO SOBRE AS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS LATINO-AMERICANAS<sup>1</sup>

## 1 INTRODUÇÃO

É possível pensar que a violência faz parte da história da humanidade e está presente nas diferentes formas de relações cotidianas. No entanto, a violência nem sempre foi compreendida como algo negativo e como um problema social (VIGANO; LAFFIN, 2019). A violência, por muito tempo, não era considerada uma questão a ser pensada, refletida, encarada como um problema de saúde pública, uma questão social e cultural. Sabe-se, atualmente, que a violência acontece com diferentes pessoas, de diversas nacionalidades, culturas, idades, níveis educacionais, classes, gênero e raças e está presente em uma série de espaços, sejam eles públicos ou privados.

Entendemos que a violência faz parte de nossa cultura caracterizada fortemente por relações de dominação, sendo que “todo mundo é socializado para enxergar violência como meio aceitável de controle social” (hooks, 2018, p. 76), sendo exercida tanto por homens quanto por mulheres. Por isso, conforme hooks (2018), não devemos compreender o fenômeno da violência como sempre os homens sendo os algozes e as mulheres as vítimas, mas entendê-la como resultado de nossas relações que se pautam e se justificam pela via da violência. Para podermos pensar em uma sociedade livre de violências, como aponta a autora, devemos refletir em como nós, mulheres e homens, apoiamos o uso da violência.

Entretanto, compreender a implicação de todas as pessoas no fenômeno da violência não significa negar o fato de que as mulheres vêm sendo histórica e cotidianamente violentadas nas distintas relações que mantêm com as outras pessoas e nos diferentes espaços que ocupam. A violência que acontece com mulheres foi e ainda permanece sendo pauta do movimento feminista (PINTO, 2010), o qual foi se constituindo como um movimento libertário, não só buscando um lugar para as mulheres “no trabalho, na vida pública, na educação – mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo” (PINTO, 2010, p. 16).

Foi o feminismo, movimento que pretende “acabar com sexismo, exploração sexista e opressão” (hooks, 2018, p. 16) que deu visibilidade à violência como um problema social e político, colocando em questão a violência que atingia as mulheres (SAGOT, 2008). Por muito

---

<sup>1</sup> Manuscrito submetido à Revista *Ártemis* em 24 de novembro de 2020.

tempo predominou e, de certa forma, ainda predomina, uma concepção de que mulher é “sinônimo de fragilidade, devoção ao homem, competência para afazeres domésticos e dom para a maternidade” (VIGANO; LAFFIN, 2019, p. 4). Todas essas características de submissão e de não reconhecimento das mulheres como sujeito foram colocadas em xeque pelo movimento feminista, o qual entendia que tais características eram culturais, ratificadas por estruturas de poder tornando as relações hierarquizadas (VIGANO; LAFFIN, 2019).

No momento em que compreendemos que os atributos relacionados a homens e mulheres dizem de uma construção cultural e social, muitas ações podem ser tomadas e intervenções realizadas, já que tudo que é da ordem da cultura pode ser modificado. Pois, para Vigano e Laffin (2019), a violência como se entende atualmente foi fruto de constantes debates e uma construção histórica de lutas de mulheres que buscavam ter o direito de viver, trabalhar e poder circular socialmente. Percebemos que os dados sobre a violência têm focado em questões do âmbito doméstico, sobretudo nas relações amorosas e familiares, mas a violência pode ocorrer em outros espaços. Por isso, nos indagamos sobre as violências que ocorrem no âmbito público, espaço esse por excelência destinado aos homens. Assim, o que acontece quando as mulheres ocupam o espaço público, trabalhando ou estudando? Quando as mulheres ingressam nas universidades, o que acontece? Continuam sendo violentadas? Novas violências surgem a partir da inserção das mulheres no espaço acadêmico?

Valls et al. (2016) realizaram uma pesquisa sobre violência contra mulheres nas universidades espanholas. O estudo mostra que a violência contra as mulheres no ambiente universitário apresenta uma característica em comum com outras formas de violência, como ser praticada por alguém conhecido ou próximo de quem sofre a violência, não sendo exercida apenas entre e por estudantes, mas também por docentes da instituição. Podemos supor, então, que entre os limites da universidade se mimetiza a sociedade.

Na América Latina, a partir da década de 1980, o tema da violência contra as mulheres começou a ser problematizado e denunciado pelo feminismo. Embora em diferentes ritmos, todos os países começaram a se mobilizar realizando palestras, iniciando a elaboração de legislações, políticas públicas e campanhas de sensibilização (SAGOT, 2008). Em contrapartida, embora tenhamos avançado em termos de reconhecimento das violências e da criação de diversas legislações, muitas violências ainda permanecem e persistem. De maneira geral, a América Latina apresenta índices de violência alarmantes, posto que “tem menos de dez por cento da população mundial, mas produz um terço dos homicídios do mundo. Segundo as Nações Unidas, 14 dos 20 países mais perigosos do mundo estão na América Latina e no Caribe” (MISSE, 2019, p. 23).

No que tange à violência contra as mulheres na América Latina, o estudo de Fernádes (2012) descreve que 45% das mulheres declaram terem sido ameaçadas pelo parceiro e entre 5% a 11% das mulheres latino-americanas identificam ter sofrido alguma violência sexual. A autora afirma que os dados trazidos apenas representam a ponta do *iceberg*, estando ocultos por trás de um silêncio estatístico, considerando, ainda, que a violência é uma característica significativa das sociedades latino-americanas.

No Brasil, a pesquisa de Scavone (2015) disponibilizou um questionário *online* a 1.823 estudantes de graduação e pós-graduação de todo o país, sendo 60% mulheres e 40% homens. 10% das mulheres relataram espontaneamente terem sofrido violência de um homem na universidade, entretanto, quando são questionadas com uma lista de violências o número sobe para 67%, pois elas acabam reconhecendo que foram submetidas a muitas delas. Pela perspectiva dos homens entrevistados, os números mostram que 2% deles espontaneamente admitiram ter cometido algum ato de violência contra uma mulher na universidade, porém quando a lista de violências foi apresentada, 38% reconheceram ter cometido pelo menos uma delas.

Esta lista de violências foi criada através de especialistas, coletivos feministas e estudantes, formando seis grupos de violências. Dentre elas, assédio sexual (cantada ofensiva, comentários com apelos sexuais), coerção (ingestão forçada de bebidas alcoólicas, ser drogada sem conhecimento), violência sexual (estupro, ser tocada sem consentimento, ser forçada a beijar alguém), violência física (sofrer agressão física), desqualificação intelectual (desqualificação ou piadas ofensivas, ambos por ser mulher) e agressão moral/psicológica (humilhação por professores e alunos, ofensas, ser xingada por rejeitar investida, músicas ofensivas cantadas por torcidas acadêmicas, etc.) (SCAVONE, 2015).

Conforme Scavone (2015), 10% das mulheres sofreram violência física, 49% já sofreram desqualificação intelectual, 63% admitem que não reagiram quando sofreram alguma violência e 53% das mulheres já sofreram assédio sexual. A maioria das mulheres e homens acredita que a temática da violência contra a mulher deveria ser incluída nos currículos acadêmicos e que a universidade deveria criar mecanismos para punir os homens que cometem violência contra a mulher na instituição. Bellini (2018) constatou que não existe uma legislação brasileira sobre o assunto, sendo que nos estudos internacionais há um enfoque maior na violência sexual e nos estudos brasileiros na violência física. Destaca a dificuldade de reconhecer a violência dentro da universidade, as diferentes maneiras que ela pode se dar nas relações cotidianas, o impacto de sofrer violência acarretando em dificuldades para a vida pessoal e profissional.

Considerando que a América Latina se configura como uma das regiões mais desiguais no que se refere às questões de gênero, como as universidades lidam com as violências que surgem neste contexto? Que ações são feitas para lidar com a violência nesse ambiente? Neste artigo, pensaremos sobre as violências contra as mulheres presentes no ambiente universitário, tendo como objetivo compreender quais ações as universidades da América Latina têm proposto para o enfrentamento da violência contra as mulheres. Tal ambiente é entendido por muitos como um local em que não haveria qualquer forma de violência, por tratar-se de um espaço de pessoas privilegiadas intelectualmente (ALMEIDA, 2017; PORTO, 2017). Entretanto, sabemos que a universidade, assim como tantos outros locais fora do âmbito doméstico, está dentro de uma sociedade, a qual tem valores, entendimentos, representações e preconceitos atravessados pela misoginia, isto é, o ódio direcionado às mulheres.

## 2 MÉTODO

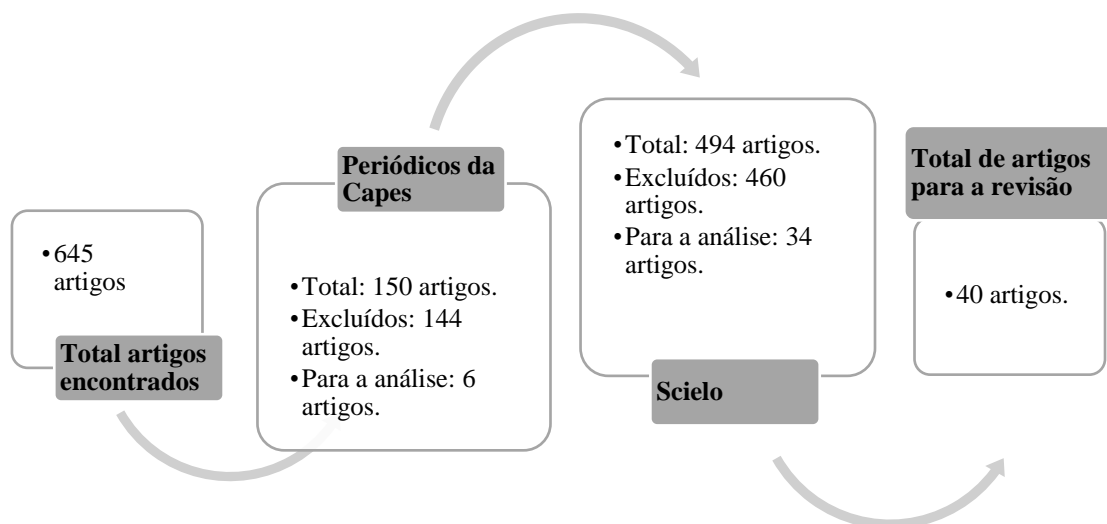
Como recurso metodológico, utilizamos a revisão integrativa (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008; SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010) a qual se propõe a reunir e sistematizar o conhecimento sobre um tópico de pesquisa. Tal revisão é composta por seis fases: 1) elaboração das questões da pesquisa e objetivos; 2) busca na literatura; 3) categorização dos estudos; 4) análise dos estudos incluídos; 5) interpretação e discussão dos resultados; 6) apresentação da revisão integrativa (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008). Este tipo de revisão contribui para compreender “o conhecimento atual sobre uma temática específica, já que é conduzida de modo a identificar, analisar e sintetizar resultados de estudos independentes sobre o mesmo assunto” (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010, pp. 103-104).

A busca dos artigos desta revisão foi realizada em junho de 2020. Inicialmente, utilizou-se como mecanismo de busca o Portal de Periódicos da CAPES, por tratar-se de uma base de dados diversificada e com uma variada indexação de revistas científicas. Posteriormente, com a intenção de ampliar a amostra de estudos para a análise, foram realizadas buscas no Portal Scielo. A busca se deu com o cruzamento dos seguintes descritores com o uso do operador booleano AND: “violência”, “violência contra as mulheres”, “violência de gênero”, “faculdades”, “universidade”, “universidades”. Os mesmos descritores também foram buscados em inglês e espanhol. Ressaltamos que estudos têm apontado uma lacuna de conhecimento sobre o assunto e a necessidade de investigações aprofundadas (BELLINI, 2018; PORTO, 2017; SOUZA, FRANÇA; PEREIRA, 2020). Então, percebemos que o tema pouco tem sido tratado pela comunidade científica, devido a isso, o ano de publicação não foi considerado como critério.

Os critérios de inclusão foram: tratar sobre a violência contra as mulheres que acontecem no ambiente universitário; pesquisa realizada na América Latina; tratar-se de artigo científico, estar escrito em português, inglês ou espanhol. Foram excluídos artigos científicos que tratavam sobre violência contra mulheres com a população universitária, porém não focavam em violências ocorridas dentro do contexto acadêmico. Artigos que se apresentaram em mais de uma base de dados foram considerados apenas uma vez. A seleção dos artigos baseou-se na leitura de títulos e resumos para, posteriormente, serem lidos na íntegra pela equipe de pesquisa. Os resultados da pesquisa foram discutidos a partir de estudos feministas e outras pesquisas realizadas sobre violência contra mulheres no contexto universitário.

No Portal de Periódicos da CAPES foram encontrados 150 artigos, sendo excluídos 144, totalizando para nosso estudo 06 artigos. Já no Portal Scielo, das diferentes formas de cruzar os descritores já mencionados, foram encontrados 494 artigos, sendo que destes 460 foram excluídos de acordo com os critérios de inclusão e exclusão, dessa forma, com esta base obtivemos 34 artigos para serem lidos integralmente. Assim, a partir das duas bases de dados analisadas, foram encontrados 40 artigos para compor a revisão. Na tabela 1, pode-se visualizar a seleção.

Tabela 1: Esquema de seleção de artigos.



Fonte: Elaborada pelas autoras.

### 3 RESULTADOS

Quanto ao ano de publicação obtivemos 2019 com o maior número de artigos, isto é, com 19 produções. Seguido do ano de 2017 com 6, 2018 com 5 produções, 2016, 2015, 2013, 2012 com 2 produções cada e 2014 e 2008 com 1 produção. As pesquisas foram realizadas

majoritariamente no México e na Colômbia. México apresentou 15 produções, Colômbia com 11, Brasil e Argentina com 5 artigos cada, Chile, Equador e Uruguai com 1 produção cada. No que se refere à área dos/as autores/as, predominou a produção nas áreas de Psicologia e Ciências Sociais. Psicologia apresentou 12 artigos, Ciências Sociais teve 10, Medicina e Educação ambos com 6 artigos cada, Direito com 2, Administração, Ciência Política, Filosofia e Antropologia com 1 produção cada.

Dos artigos encontrados, 28 tiveram como foco principal de estudo ações nas universidades ou então apontaram ações necessárias para o enfrentamento das violências. Os dados demonstram que tem sido predominante a criação de protocolos nas instituições de ensino superior. Outras ações consistem em assistência psicológica e jurídica, criação de comitês sobre gênero e programas contra a violência. Há ainda constantes demandas na modificação dos planos de estudos, para que sejam incluídas disciplinas que tratem sobre gênero e violência. Além disso, demonstram uma intensa mobilização de mulheres universitárias formando coletivos, o que tem acarretado em importantes modificações nas instituições. Destaca-se uma necessária modificação de condutas e valores sociais de toda a comunidade acadêmica.

A seguir, os resultados serão apresentados em três categorias: “Mobilização institucional: a criação de protocolos, programas e comissões nas universidades”, “Assistências necessárias e a inserção da perspectiva de gênero na instituição” e “Ações de mulheres em coletivos e modificação de valores e condutas”.

### 3.1 MOBILIZAÇÃO INSTITUCIONAL: A CRIAÇÃO DE PROTOCOLOS, PROGRAMAS E COMISSÕES NAS UNIVERSIDADES

Na Argentina, muitas universidades têm criado protocolos para enfrentar as violências (VÁZQUEZ LABA, 2017). Especificamente na Universidade Nacional de San Martín, foi criado o “Protocolo para la Actuación de Situaciones de Discriminación y/o Violencia de Género” (VÁZQUEZ LABA, 2017; VÁZQUEZ LABA; PALUMBO, 2019). Esta foi a quarta universidade a elaborar um protocolo, precedida pela Universidade Nacional del Comahue em 2014, pela Universidade Nacional da Prata em 2015 e pela Universidade Nacional de Córdoba, também em 2015.

Embora haja desde 2014 uma intensa mobilização das universidades, aquelas que de fato implementam ações são poucas, comparadas com a totalidade de instituições existentes na Argentina, como salientam Vázquez Laba e Palumbo (2019). Conforme dados trazidos pelas autoras, o número de instituições que estão se mobilizando trata-se de 15% das universidades argentinas, essa porcentagem sugere que há uma relutância por parte das instituições em



reconhecer as violências neste espaço. No mesmo país, a pesquisa de Blanco e Spataro (2019) ressalta que a Universidade de Buenos Aires não ficou alheia às mudanças no que tange ao reconhecimento de violências nas universidades. A Universidade implementou um protocolo em 2015 denominado “Protocolo de acción institucional para la prevención e intervención ante situaciones de violencia o discriminación de género u orientación sexual”.

Blanco e Spataro (2019) e Ortmann (2016) destacam a criação da “Red Interuniversitaria por la Igualdad de Género y Contra las Violencias”, em 2015, na Argentina, e a implementação de protocolos de ação. A Rede se constitui a partir da união de diferentes universidades buscando uma ação coletiva frente às violências presentes na universidade (VÁZQUEZ LABA, 2017). Ortmann (2016) também descreve a “Red Equality”, a qual reúne mais de vinte universidades europeias e latino-americanas, como sendo um passo importante para colocar o tema da violência em questão, avançar na conquista de direitos e problematizar as desigualdades existentes.

Vázquez Laba (2017) relata uma pesquisa na Universidade de San Martín, na Argentina, onde se percebe diferentes ações propostas pelo “Programa contra la violencia de género”, mostrando o quanto a universidade tem se comprometido no enfrentamento da violência. Tal Programa atende e intervém em casos de violência tanto da universidade quanto casos da região. É considerado pioneiro, pois foi o primeiro a assessorar casos internos de violência da universidade, assim como casos externos. A autora destaca que esse programa, contra o assédio sexual e a favor da igualdade de gênero, deve ser implementado em outras universidades (VÁZQUEZ LABA, 2017). Este Programa também é discutido por Vázquez Laba e Palumbo (2019), as quais destacam que o mesmo foi implementado após a ocorrência de um duplo feminicídio, de uma estudante universitária e sua mãe. Desde a criação do Programa em 2013, têm sido frequente relatos de casos de violência psicológica.

No México, embora se tenha criado políticas públicas para enfrentar as violências contra as mulheres desde 1995, a violência nas universidades é um fato pouco reconhecido e estudado. Aos poucos, percebe-se que as universidades mexicanas têm se mobilizado para prevenir e erradicar a violência de gênero (BARRETO, 2017; SÁNCHEZ et al., 2017). Barreto (2017) relata que na Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) não há ainda um protocolo a ser seguido quando acontecem violências sexuais. Echeverría et al. (2018) ao estudarem o assédio sexual sofrido por estudantes universitários mexicanos concluem que é necessária a implementação de um protocolo, em que se tenha mecanismos para atenção às vítimas e formas que facilitem as denúncias na universidade, como meios eletrônicos.

Entretanto, Gamboa Solís (2019) ao analisar protocolos em universidades mexicanas relata que estes não têm promovido mudanças. A autora apresenta uma reflexão sobre o assédio sexual nas instituições a partir da análise da implementação de um protocolo contra a violência de gênero na Universidade Michoacana de San Nicolás de Hidalgo (UMSNH). Tal protocolo foi aprovado em 2017 e denomina-se “Protocolo para la Prevención, Actuación y Erradicación de la Violencia de Género”. Há indagações realizadas sobre os protocolos, se estariam realmente sendo efetivos, a quem e para quem. O panorama antes e depois do protocolo implementado se mantém semelhante, dessa forma, o protocolo não está sendo eficaz para combater o assédio sexual e nem promove uma maior segurança para mulheres afetadas, ou seja, não está cumprindo seu propósito.

Bustamante (2019) realizou uma pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso em cinco universidades colombianas, sendo elas a Universidad Nacional de Colombia (UN), Universidad de los Andes (los Andes), Pontificia Universidad Javeriana (PUJ), Universidad de Antioquia (UdeA) e Universidad Industrial de Santander (UIS). A pesquisa buscou indagar sobre os coletivos de cada universidade e ainda foram realizadas entrevistas semiestruturadas. A pesquisa também buscou entender a implementação de protocolos sobre violências nas universidades estudadas.

Na Colômbia, a Lei 1257 de 2008 estabelece normativas para garantir às mulheres uma vida sem violência, com obrigações para o Ministério de Educação Nacional, de acordo com Bustamante (2019). Em 2018, a Corte Constitucional organizou orientações a serem seguidas pelas instituições de ensino superior como: obrigações das instituições em relação a casos de assédio moral, violência sexual ou de gênero e normas para atenção a casos de discriminação em razão de sexo e gênero contra estudantes ou docentes. Ramírez (2019) traz que na Universidade Nacional da Colômbia, em 2012, foi feito um acordo e criada uma Política de Equidade de Gênero e Igualdade de oportunidades para homens e mulheres na universidade. Um dos principais pontos da Política é a atenção e a prevenção das violências de gênero e sexuais.

Entretanto, são poucas as instituições na Colômbia que de fato adotam as medidas estabelecidas nas legislações para enfrentar as violências contra mulheres dentro da universidade. As principais medidas institucionais realizadas pelas universidades são os protocolos, os quais não são suficientes para erradicar as violências, porém definem as ações, responsáveis e procedimentos a serem adotados. Tudo aquilo que vem sendo adotado pelas universidades demonstra que há uma mudança ocorrendo nas instituições, devido ao

feminismo, a denúncias que se tornam visíveis através dos meios de comunicação e à mobilização dos coletivos estudantis feministas (BUSTAMANTE, 2019).

Ramírez (2019), ao pesquisar especificamente a UN, descreve que, em 2017, foi instituído um “Protocolo de Atención y Prevención”. Colocar em prática este protocolo, conforme a autora, revela certas falências institucionais no enfrentamento de violências. A implementação desse Protocolo é pioneira na Colômbia, sendo realizada a partir de uma iniciativa da instituição com várias oficinas feitas pela Direção, representantes estudantis e organizações feministas. No entanto, a autora alerta para o fato de que ainda falta muito para a implementação concreta e também eficiente do protocolo criado.

Sánchez et al. (2017), a partir de uma pesquisa realizada no México, destacam como uma ação importante no combate às violências a criação de um Comitê de Equidade de Gênero. Um comitê poderia realizar constantes levantamentos sobre os casos de violência, contribuindo com ações e propondo uma equidade de gênero dentro da instituição. Na universidade da Colômbia pesquisada por González-Gómez et al. (2016) há um Comitê de Convivência Laboral, entretanto, este não oferece procedimentos que possam orientar quais caminhos seguir diante de violências.

Já no contexto chileno, Sandoval Obando e Peña (2019) realizaram uma pesquisa em uma universidade privada. Os autores pontuam que há uma série de dispositivos legais que perpassam o funcionamento das instituições de ensino superior no país. Tais como: Ley 20.066 de Violencia Intrafamiliar (2005); Ley 20.005 que Tipifica y Sanciona el Acoso Sexual (2005); Ley 18.834 sobre Estatuto Administrativo (2005); Ley General de Educación 20.370 (2009); Ley 20.529 del Sistema Nacional de Aseguramiento de la Calidad de la Educación (2011); Ley de Inclusión Escolar 20.845 (2015) e Comisión de Género para la Educación Superior (2018). Também foi criada, na universidade pesquisada, a Política de Prevención y Denuncia de casos de Acoso Sexual, Laboral y Discriminación Arbitraria (SANDOVAL OBANDO; PEÑA, 2019). Diferentemente do que foi apontado na pesquisa de Vázquez Laba e Palumbo (2019), 78% dos participantes da pesquisa de Sandoval Obando e Peña (2019) não conhecem totalmente a Política criada na instituição.

No contexto brasileiro, Maito et al. (2019) relatam a formação de uma Comissão para Apurar Denúncias de Discriminação, Assédio e Violência Contra Mulheres e de Gênero, no campus da Universidade de São Paulo (USP) da cidade de Ribeirão Preto. Essa comissão produziu um documento denominado “Diretrizes gerais para as ações institucionais de intervenção em situações de violência e discriminação de gênero e orientação sexual”. O documento explica sobre procedimentos que devem ser seguidos no enfrentamento da

violência, apresenta princípios norteadores, bem como a competência das comissões de gênero e direitos humanos das universidades.

### 3.2 ASSISTÊNCIAS NECESSÁRIAS E A INSERÇÃO DA PERSPECTIVA DE GÊNERO NA INSTITUIÇÃO

Na pesquisa de González-Gómez et al. (2016), os participantes reconhecem a importância de uma rota de atenção dentro da universidade para quem sofre alguma violência. Criar uma rota de atenção abre espaços para compreender a violência de forma interdisciplinar e com critérios de integralidade, bem como deve-se analisar quais instâncias devem participar do manejo de casos de violências. O mesmo é reconhecido pelos docentes entrevistados por Guerrero, Rodríguez e Arias (2017), que propõem as seguintes rotas: identificar as situações de violência; dar conhecimento dos casos para órgãos internos da instituição; estes órgãos devem investigar os casos, buscando uma solução para quem sofreu e também oferecer uma atenção integral.

Na modalidade de atenção descrita por Vázquez Laba (2017), primeiramente, é realizada uma entrevista para entender como se dará o assessoramento jurídico e/ou psicológico. Essa entrevista busca compreender qual violência ocorreu, a urgência, os riscos e as queixas de quem solicita ajuda. Há um trabalho articulado com um centro de atenção psicológica dentro da universidade, para onde são realizados alguns encaminhamentos. Sandoval Obando e Peña (2019) mostram que 22% dos participantes de sua pesquisa reconhecem a necessária ampliação de estratégias de proteção e acompanhamento para quem sofre violência. Ainda, 19% dos participantes entendem que é preciso melhorar os procedimentos para realização de denúncia institucional.

Além de assistências necessárias para o cuidado relativo à violência, torna-se pertinente a inserção da perspectiva de gênero na instituição. González-Gómez et al. (2016) que pesquisaram a violência de gênero na universidade a partir da visão dos administrativos sugerem a possibilidade de propostas para a inclusão de políticas de gênero dentro da instituição, por meio de um Projeto Educativo Institucional. Ávila e Garrido (2016) concluem que só é possível erradicar a violência de gênero dentro das universidades com a institucionalização de uma perspectiva de gênero em todo o âmbito universitário, o mesmo defendido por Ibarra et al. (2019) e também demonstrado pelos participantes da pesquisa de Sandoval Obando e Peña (2019).

As universidades podem ser um espaço de reprodução de sexismo e racismo. Por isso, é necessária uma reforma dos planos de estudos nas instituições, apresentando uma perspectiva

de interseccionalidade e interculturalização dos conteúdos oferecidos (GUZMÁN; LOANGO, 2019). Já Blanco e Spataro (2019) analisaram as visões de estudantes da Universidade de Buenos Aires, na Argentina, sobre estratégias institucionais para erradicar violências sexistas. Foi possível compreender que há demanda por uma perspectiva de gênero na formação acadêmica, com disciplinas sobre o assunto, processos de formações, bem como atividades extracurriculares. O conhecimento sobre gênero deve se dar de forma transversal e integral na prática de docentes.

Guerrero, Rodríguez e Arias (2017) entendem que para prevenir a violência de gênero é necessário que haja informações a respeito do tema para estudantes, técnicos e docentes, já que existe uma falta de conhecimento e compreensão sobre a dimensão dessa problemática, havendo uma aceitação social da violência. Os docentes entrevistados propuseram, ainda, que se incluía nos planos de estudos, de diferentes formações, discussões sobre violência de gênero, para que haja um reconhecimento e quais são os tipos existentes. Além de aspectos sobre a formação, é necessário investigações e produção científica sobre o tema (VÁZQUEZ LABA, 2017). García (2019) reconhece que o próprio processo de investigação sobre violência de gênero constitui-se como oportunidade para refletir e desnaturalizar as violências por parte de quem participa.

López-Molina e Vázquez-Guerrero (2018) realizaram uma busca em documentos de uma universidade mexicana, bem como entrevistaram diretores de cargos elevados da instituição. A análise dos documentos institucionais mostra que os temas sobre gênero não estão colocados como pontos principais. A partir dos testemunhos dos participantes da pesquisa comprova-se que não há um programa específico que busque a promoção de ações ou que siga normativas sobre equidade de gênero, discriminação e violência de gênero dentro da universidade.

A partir disso, destacam que é necessário trabalhar de forma intensa em intervenções que possam modificar o imaginário da universidade pública (LÓPEZ-MOLINA; VÁZQUEZ-GUERRERO, 2018). 33% dos participantes da pesquisa de Sandoval Obando e Peña (2019) reconhecem que é necessária uma promoção de perspectiva de gênero com os acadêmicos assim como a geração de oficinas e seminários para abordar a temática. É preciso criar um currículo antirracista, assim como incorporar análises que compreendam as condições étnicas de estudantes (BERMÚDEZ-URBINA, 2014).

Na pesquisa de Guerrero, Rodríguez e Arias (2017), os docentes entrevistados descreveram que é preciso oferecer fóruns, seminários, mensagens em rádios, revistas, programas de televisão sobre a violência de gênero. González-Gómez et al. (2016) também

entendem que como prevenção para as manifestações de violência se proponham estratégias com o uso da comunicação, por meio da televisão, oferecendo oficinas, criando cartilhas e realizando campanhas para que pessoas de diferentes segmentos populacionais possam ser informadas e se sensibilizem com a problemática.

Além disso, foi evidenciado nos estudos a necessidade de promover campanhas (GONZÁLEZ-GÓMEZ; ZUTTA-ARELLANO; PERUGACHE-RODRÍGUEZ, 2016; VÁZQUEZ LABA, 2017) que facilitem o reconhecimento dos diferentes tipos de violência existentes dentro do contexto universitário e que possam mostrar reflexões acerca da diversidade sexual e dos papéis de gênero. O mesmo é destacado por Bermúdez-Urbina (2014), a qual entende que é fundamental cursos, oficinas e eventos, além de mecanismos de sensibilização (MORENO REALPHE et al., 2015).

### 3.3 AÇÕES DE MULHERES EM COLETIVOS E MODIFICAÇÃO DE VALORES E CONDUTAS

González (2019) analisou, a partir de entrevistas com sete mulheres, uma forma de protesto feminista denominado “*escrache*” realizado por um coletivo feminista e universitário conhecido como “Red No Están Solas” (REDNES) da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). *Escrache* se configura como uma denúncia de violência de gênero realizada socialmente. Esse é um nome dado para uma manifestação que busca tornar fatos conhecidos pela opinião pública, sendo utilizado na Argentina, Uruguai e Espanha (BARRETO, 2017). A necessidade de tornar uma denúncia pública é gerada justamente por falta de apoio institucional.

Tal prática de denúncia também é apontada por Blanco e Spataro (2019) e Barreto (2017), estas denúncias não são formalizadas nos canais da instituição, mas nos espaços públicos e/ou redes sociais. Em muitos casos, divulga-se o nome da pessoa denunciada, a situação de violência ocorrida e o nome da pessoa que foi afetada. A denúncia tornada pública é compreendida como uma forma de luta pelo reconhecimento das mulheres que sofrem violência de gênero na universidade, fazendo frente ao silêncio institucional (BARRETO, 2017; BLANCO; SPATARO, 2019). A intensa mobilização de estudantes, observada na pesquisa de Michetti e Mettenheim (2019), demonstra que o principal motivo de surgir movimentos de mulheres e inserir na universidade o debate sobre violência relaciona-se às redes sociais.

No relato de uma participante do estudo de Barreto (2017) é possível perceber que a prática do *escrache* trouxe consequências positivas para a estudante, obtendo justiça social e reparação dos danos. Além disso, ao denunciar publicamente a violência sofrida, a estudante obteve apoio de muitas mulheres e também de homens. Outra estudante participante do estudo

relatou que após a denúncia pública em uma rede social, recebeu muitas mensagens de ajuda e suporte jurídico. Em ambos os casos, pode-se perceber o quanto o apoio estudantil é significativo, pois contribui para fortalecer mulheres que sofrem violência.

A prática da denúncia pública também é analisada por Ávila (2018), que descreve um caso de violência sexual de uma estudante de pós-graduação ocorrido na UNAM, demonstrando como o testemunho do caso ao ser divulgado gerou uma reparação individual e coletiva e denunciou o tratamento inadequado realizado pela instituição. Os testemunhos denunciados publicamente, “adquieren mayor eco en notas periodísticas y divulgación en redes sociales, y muestran que el objetivo de las afectadas es encontrar en alguna medida de acceso a la justicia y garantías de reparación del daño” (ÁVILA, 2018, p. 218). Com a divulgação do caso de violência sexual, houve uma sensibilização da comunidade acadêmica e também da opinião pública, resultando na expulsão do estudante que cometeu a violência (ÁVILA, 2018).

Na Universidade Nacional da Colômbia, o movimento feminista vem crescendo, cada vez mais estudantes se organizam a partir de iniciativas e ações. As estudantes são agentes centrais na identificação e visibilização das problemáticas de gênero dentro da universidade, denunciando casos e práticas sexistas. Além disso, têm surgido grupos de estudantes que buscam promover reflexões sobre as masculinidades, objetivando transformações por meio de grupos de estudos, fóruns e atuações junto ao movimento feminista. Em muitos casos, a instituição não sabe o que fazer a respeito da violência, por isso, entende-se que apoiar os grupos estudantis e suas ações pode ser uma importante estratégia institucional (RAMÍREZ, 2019).

Além da mobilização intensa de estudantes, Peñaranda (2019) destaca o surgimento, em 2018, de uma Rede de Professoras na Universidade Nacional da Colômbia. Esta rede se configura como um espaço para discussões, propostas de ações, encontros entre docentes ativas da universidade. Seu surgimento demonstra a importância da construção de laços na comunidade acadêmica, contribuindo na tomada de posição contra o assédio sexual presente na universidade. A união das mulheres, tanto estudantes quanto professoras, demonstra que as mulheres padecem de diferentes formas de violência independente do lugar que se ocupa na instituição.

Álvarez e Pedraza (2019), em seu estudo em uma universidade pública do Chile, destacam que existem pelo menos dez coletivos de mulheres, dentre elas estão jovens, universitárias e profissionais. As assembleias de mulheres foram criadas para que as mulheres sejam capacitadas, reconheçam as violências e façam denúncias, tornando-se um mecanismo de ação coletiva, com importante reconhecimento público. É necessária a intensa mobilização das mulheres nas universidades, Sandoval Obando e Peña (2019) reconhecem que, nas

instituições, há um androcentrismo universitário. O androcentrismo universitário é um conjunto de dinâmicas relacionais, que são aprendidas socialmente, e que privilegiam o masculino como sendo o pilar da sociedade. Assim, nas palavras dos autores, a construção histórica e social “perpetúa la invisibilización de las mujeres y de su mundo, validando el abuso de poder, las asimetrías jerárquicas, la discriminación y la violencia en contra de las mujeres, al interior del espacio y tiempo universitario” (SANDOVAL OBANDO; PEÑA, 2019, p. 66).

No Brasil, d’Oliveira (2019) alerta que o reconhecimento da violência de gênero na universidade e sua visibilidade é recente, assim como o surgimento de coletivos feministas de mulheres estudantes. Os grupos formados por estudantes passaram a problematizar a violência de gênero no meio universitário por meio de campanhas, manifestações, grupos de estudos, dentre outras estratégias (MICHETTI; METTENHEIM, 2019). No Brasil, houve criação de um coletivo denominado “Rede Não Cala” na Universidade de São Paulo (USP), formado por estudantes, professoras e pesquisadoras. O movimento tem buscado mobilizar a instituição diante de suas obrigações legais, promove reflexões, debates e campanhas. São feitas ainda discussões anuais no início de cada semestre em diferentes unidades de ensino da instituição (D’OLIVEIRA, 2019).

Ávila e Garrido (2016) afirmam que só será possível a erradicação da violência de gênero com a modificação de valores e crenças de todos aqueles envolvidos com as instituições. Torna-se fundamental modificar condutas e valores, bem como promover encontros que propiciem conhecimento sobre as violências e gênero. No estudo de González-Gómez et al. (2016) houve confusão dos participantes entre o conceito de gênero e orientação sexual, o que pôde ser modificado ao longo dos encontros propostos pela pesquisa. Os autores também propuseram conversar sobre o conceito de violência de gênero.

Ortmann (2016) destaca que um primeiro desafio para tratar sobre a problemática da violência consiste em identificar os episódios a partir de um olhar para a dinâmica patriarcal que, historicamente, legitima a violência contra as mulheres. É preciso um amplo processo de desnaturalização da violência, compreendendo a dominação masculina, a segregação e a exclusão das mulheres. Para além de legislações, normas, procedimentos e orientações deve-se ter em mente que o fenômeno da violência não é um fenômeno isolado, mas que está instaurado em relações sociais desiguais que se perpetuam ao longo da história (GUERRERO; RODRÍGUEZ; ARIAS, 2017).

Michetti e Mettenheim (2019) refletem sobre a imbricação entre transformações discursivas e mudanças práticas, ou seja, mudanças discursivas impulsionam mudanças nas práticas. As autoras destacam ainda que as mudanças não ocorrem de forma linear, uma vez



que há avanços e retrocessos constantes dentro das instituições, “essas dinâmicas podem ser compreendidas como jogos de ação e reação, disputas por saberes e representações, baseados nas posições que os diferentes agentes e instituições ocupam nesse campo” (MICHETTI; METTENHEIM, 2019, p. 20).

Os cenários em que a violência ocorre são diversos e incluem trotes, viagens de trabalho e repúblicas (D’OLIVEIRA, 2019). Michetti e Mettenheim (2019) mostram que existem três espaços principais em que se reproduzem a violência simbólica, em eventos esportivos de faculdades do Estado de São Paulo: alojamentos, jogos e festas, ônibus que realiza a locomoção para as atividades festivas. Ao encontro disso, Marin et al. (2008) trazem que o trote universitário pode ser considerado uma possibilidade de expressão violenta. Na pesquisa, 63% dos homens entrevistados e 80,6% das mulheres relataram ter sofrido algum constrangimento no trote, além disso, a maioria dos homens considera o trote de leve a moderado, e as mulheres o consideram mais pesado. Os autores referem que tais resultados demonstram a lógica de uma hierarquia de gênero presente nas instituições.

As mulheres presentes nas universidades, a partir do feminismo, têm contribuído para modificar a cultura universitária (VÁZQUEZ LABA, 2017). O que também é apontado por Guarderas et al. (2018) em estudo no Equador. Os autores afirmam que a delimitação feminista para compreender o assédio sexual na universidade é fundamental, já que tal embasamento consiste em tornar explícitas as relações de poder existentes neste espaço. Para Vázquez Laba e Palumbo (2019) o assédio sexual é uma manifestação do sexismo profundamente enraizado em nossa cultura patriarcal. As autoras relatam que embora este seja um problema antigo, tem sido uma pauta relativamente nova nas agendas educacionais, de trabalho e feministas. Ainda, diz que já era hora das universidades se mobilizarem, contribuindo para despertar uma consciência crítica da sociedade e na erradicação do sexismo.

Mingo e Moreno (2017) reconhecem que uma das formas de combater o sexismo presente nas instituições se dá pelo uso da palavra, da própria voz, na construção de uma narrativa, tornando visíveis os direitos de cada um. Ademais, deve-se buscar uma recomposição das relações sociais e uma ruptura com as normas de gênero presentes nas sociedades. As universidades necessitam encarar com seriedade seus dispositivos, suas ações e seus preconceitos (BUQUET; MINGO; MORENO, 2018). Deve ser considerada como prioridade a erradicação da violência de gênero em todas as suas formas possíveis dentro do espaço universitário, como sinalizam Vázquez Laba e Palumbo (2019). As autoras concluem que as estratégias desenvolvidas como protocolos e outras iniciativas só serão de fato eficazes se acompanhadas de importantes mudanças de conscientização. Outras conclusões apontadas

referem-se à utilização de abordagens abrangentes para lidar com as violências, e não abordagens com caráter punitivo e/ou estigmatizante. É necessária muita criatividade, mas, especialmente vontade política para estabelecer recursos e programas (RAMÍREZ, 2019).

#### 4 DISCUSSÃO

“Qual deve ser o compromisso das Universidades contra a violência de gênero? Como eles devem lidar com situações de assédio sexual? O que deve ser feito para construir universidades livres de violência de gênero?”. Esses são os questionamentos que dão início ao texto de Vázquez Laba (2017, p. 14, tradução nossa) e que também se apresentam nesta revisão. Uma das possibilidades que vem sendo utilizada para enfrentar as violências é a implementação de protocolos<sup>2</sup>, como se observa nos resultados encontrados na análise dos artigos. Diante dos dados analisados, destacamos que as universidades têm se mobilizado nos últimos anos para criar mecanismos de proteção em relação às violências presentes na vida acadêmica. Percebe-se uma movimentação maior em países como Argentina, México, Colômbia e Chile. Não havendo, na busca realizada, artigos científicos sobre a criação de protocolos no contexto universitário brasileiro. Neste país, somente o texto de Maito et al. (2019) relata a formação de uma comissão para criação de documentos sobre a problemática.

Tais resultados vão ao encontro do estudo de Zurbano-Berenguer, Gordillo e Berenguer (2019). As autoras buscaram compreender as diferenças e semelhanças existentes nas normativas legais sobre violência contra as mulheres na América Latina e no Caribe. Em uma escala jurídico-conceitual sobre as legislações latino-americanas, México e Bolívia encontram-se na melhor posição, por apresentarem mais formas de manifestação de violências e ambientes de perpetrções, entre outros aspectos. Colômbia e Argentina também se encontram neste quadrante de melhores legislações. Brasil e Chile estariam na posição intermediária. As autoras trazem que o Brasil apenas faz alusão a uma relação desigual de poder entre os sexos, não se preocupando com a possibilidade de ocorrência das violências em âmbitos públicos como laboral, estatal, social e educativo.

Ainda, ao analisar as áreas ou agentes que estão incluídos nas regulamentações latino-americanas obteve-se que a área doméstica teve maior abrangência em todas as legislações com 100% de presença nos textos legais, seguido de laboral (31%), estatal (28%), social (24%) e

---

<sup>2</sup> Entende-se por protocolos instrumentos normativos que objetivam uma “intervenção técnica e social, que orientam os profissionais na realização de suas funções e têm como base os conhecimentos científicos e práticos do cotidiano, adequando-se à realidade e favorecendo a continuidade administrativa e gerencial” (VIEIRA et al. 2016, p. 3958).

educacional (21%). Isto é, ao olhar para as legislações da América Latina percebe-se que a área educacional praticamente não está presente no que se refere às legislações relacionadas às violências contra as mulheres (ZURBANO-BERENGUER; GORDILLO; BERENGUER, 2019).

Entendemos que a mera criação de legislações, protocolos, comissões, programas ou comitês não tem sido suficiente, embora saibamos da importância de mecanismos legais para o combate à violência, podendo ser o primeiro passo para que a discussão sobre violência seja aprofundada, mas sua mera existência não implicará mudanças nas instituições e pessoas. Nos parece, num primeiro momento, que as universidades criam protocolos para justificarem, de certa maneira, que a instituição apresenta um mecanismo de proteção. A implementação dos protocolos parece ocorrer mais de uma forma reativa do que proativa (GUINOT, 2020). No entanto, pouco se aprofunda na busca por, realmente, investigar os acontecimentos violentos nas instituições e implementar, de forma efetiva, o protocolo criado.

Valls et al. (2007) descrevem estratégias para superar a violência de gênero nas universidades, através de uma análise de investigações internacionais, com o objetivo de transformar o clima universitário, o qual tem sido de discriminação para as mulheres. As estratégias são: educação sobre violência de gênero para que estudantes revejam suas concepções sexistas; prevenção de relações pessoais não saudáveis; interações e empoderamento pela via do diálogo; apoio à quem sofre violência; solidariedade entre mulheres; implicação das instituições tanto para possibilitar a denúncia quanto para pensar um trabalho preventivo; campanhas de conscientização para toda a comunidade acadêmica.

Nos últimos anos, em muitos lugares do mundo, têm acontecido diferentes mobilizações, especialmente de mulheres jovens, contra condutas consideradas de domínio, superioridade, menosprezo e controle em relação às mulheres. Estas mobilizações, unidas a uma progressiva consciência sobre a violência sexista, anuncia uma mudança social (MORENO; MINGO, 2019). O feminismo tem sido um motor decisivo para o acontecimento das mudanças presentes em nosso cotidiano, nas palavras das autoras, “el cambio social al que nos estamos refiriendo tiene que ver con la medida en que la relación entre los sexos parece estar perdiendo uno de sus puntales más importantes: la complacencia o resignación con que muchas mujeres habían asumido su lugar de inferioridad” (MORENO; MINGO, 2019, p. 17). Há, então, uma não aceitação de condutas antes consideradas como fazendo parte dos ambientes sociais.

Há uma intensa mobilização de estudantes mulheres dentro do contexto universitário, uma vez que as mesmas estão mais expostas às diferentes formas de violências (MORENO-

CUBILLOS; SEPÚLVEDA-GALLEGO; RESTREPO-RENDÓN, 2013). Huerta Mata (2019) entende que promover espaços coletivos para as mulheres pode contribuir no fortalecimento da autonomia, podendo gerar modificações culturais que garantam a inserção das mulheres na universidade com dignidade. Na criação de espaços coletivos torna-se importante um embasamento que os torne fortalecidos. Para Bustamante (2019), o feminismo tem sido um marco de interpretação sobre a violência contra as mulheres na universidade. Nos coletivos, os discursos e também as ações relatadas demonstram o apontamento do patriarcado como a raiz das violências, além de entenderem como sendo uma problemática dos direitos humanos e uma intensa reivindicação por uma educação que seja de qualidade.

Guinot (2020) analisou reportagens sobre assédio sexual nas universidades privadas e públicas do México no período de 2004 a 2018. Como resultado, obteve 171 notícias sobre o tema, sendo que destas 109 (63,7%) correspondem aos dois últimos anos da pesquisa, 2017 e 2018. Isso sinaliza, conforme demonstra a autora, que tem havido uma mudança nas condições estruturais culminando na propagação de uma cultura da denúncia, pois o que antes era silenciado, aos poucos, tem se tornado público. Soma-se a isso o entendimento de que o uso dos meios de comunicação para realizar uma denúncia pública tem sido um coadjuvante que permite inserir a problemática da violência na agenda pública.

O uso intenso de recursos da internet e das redes sociais juntamente a diversas manifestações de rua têm caracterizado a chamada “quarta onda” do movimento feminista (PEDRO; BARLETTO, 2019). Compreender, atualmente, as mobilizações feministas consiste em considerar o que as novas tecnologias representam, visto que as formas de ação por meio das redes sociais são um elemento central de conexão entre as mulheres, como salienta Cerna (2020). Os coletivos, conforme Cerna (2020), apresentam uma lógica dual, pois impõem uma transformação social a partir dos princípios feministas e articulam estratégias políticas exigindo mecanismos formais das instituições. Dessa forma, a partir das intensas mobilizações nos últimos anos, unidas às tecnologias, entende-se que “la denuncia y la protesta se amplifica en el ciberespacio” (CERNA, 2020, p. 145).

A dificuldade para denunciar faz parte da violência de gênero “seja pela culpabilização das vítimas que o judiciário reproduz, pelo medo de exposição ou pela falta de estrutura para encaminhar a denúncia” (MICHETTI; METTENHEIM, 2019, p. 21). Ainda, entende-se que o sexismo restringe a capacidade de ação das mulheres, sendo assim, denunciá-lo costuma ser desgastante, cansativo e até mesmo perigoso. O ato de denunciar só será bem-sucedido na medida em que haja um combate às violências e uma supressão da cultura do silenciamento, como afirmam Mingo e Moreno (2015). Echeverría et al. (2018) destacam que deve haver

acompanhamento psicológico e jurídico para quem sofre assédio sexual. No entanto, Peñaranda (2019) demonstra que há uma intensa diminuição no financiamento para serviços de acompanhamento psicológico e jurídico, o que acaba por produzir mais revitimização e frustração para quem sofre violência. Além disso, deve-se buscar um olhar atento primeiramente para quem sofre violência, bem como para a comunidade universitária e para aqueles que exercem as violências (RAMÍREZ, 2019).

Barreto (2017) descreve que na vivência de violência, existem barreiras que dificultam o enfrentamento de quem sofre. Em um primeiro momento há uma dificuldade de reconhecer a violência sofrida, posteriormente, ainda compreendendo o que foi vivido, existem sentimentos de vergonha, medo, culpa e ambivalências. Dependendo da situação em que a vítima se encontra poderá ser realizada uma denúncia, caso contrário, a pessoa que sofreu a violência permanecerá em silêncio e não será possível uma revelação do caso. No entanto, o silêncio pessoal é um fator de risco para as mulheres que estão sofrendo violência.

As recentes mobilizações presentes nas universidades mostram que se podem construir práticas que acolham as mulheres e que se deve reconhecer, desnaturalizar e questionar os saberes violentos existentes. Ainda, “quando as mulheres passam a reconhecer a violência enquanto tal, o pilar que a sustenta começa a ruir” (MICHETTI; METTENHEIM, 2019, p. 26). Ademais, “una universidad libre de violencia de género es posible, sí y sólo sí, asumimos que somos parte del problema y que para su transformación debemos ser parte de la solución” (LÓPEZ, 2019, p. 4).

Para enfrentar as violências, Fiori (2020) em entrevista com a antropóloga Heloisa Buarque de Holanda, destaca que existe uma espécie de tripé, três universos que precisam ser pensados: acolhimento, investigação/punição de agressores e educação/prevenção. Esses três componentes devem estar presentes nas instituições de ensino superior e deve-se levar em conta que nos centros de acolhimento criados, as pessoas que compõem a equipe deverão ser capacitadas para uma melhor compreensão de aspectos relacionados à gênero, raça e sexualidade (FIORI, 2020).

Podemos pensar ainda que é necessário realizar encontros que discutam diferentes conceitos relacionados à violência contribuindo para que se tenha um conhecimento sobre o tema e também promova reflexões entre quem participa. Dessa forma, é importante a capacitação e a conscientização da comunidade acadêmica sobre o tema. Só será possível avançar na redução da violência de gênero com a modificação de valores e crenças de todos aqueles envolvidos com as instituições, intervindo de forma transversal com a perspectiva de gênero. Os apontamentos das pesquisas nos levam a pensar que devemos ampliar nossa atenção

em relação às violências, uma vez que não acontecem apenas no cotidiano acadêmico e nas relações em sala de aula, mas estão presentes especialmente nas festas, nos trotes e nas confraternizações.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por meio de uma revisão integrativa, foi possível chegar ao nosso objetivo de compreender quais ações as universidades da América Latina têm proposto para o enfrentamento da violência contra as mulheres. Constatamos que a maioria dos artigos encontrados versam sobre protocolos de enfrentamento da violência no contexto universitário, mas salientam que a mera criação de tais protocolos não garante a erradicação de situações de violência, necessitando uma maior articulação e ações nas instituições.

Outro dado presente nas pesquisas diz respeito à mobilização de estudantes universitárias, majoritariamente mulheres, que tem se unido, por meio de redes sociais ou coletivos como forma de discutir sobre situações de violência sofridas que ocorrem no contexto universitário. Tais mobilizações têm contribuído para que o assunto seja discutido, além disso é uma ferramenta potencializadora de protestos e denúncias. A internet também é utilizada, tanto como forma de mobilização, quanto como forma de denúncia pública, fazendo com que entidades e instituições passem a ver o caso e que ações sejam tomadas em relação a isso.

É relevante fazer menção de que o feminismo tem importante papel nas mudanças que vêm ocorrendo nas instituições no que se refere à violência. Como apresentamos no texto, tal movimento lutou e continua lutando por direitos das mulheres na sociedade, dentre suas pautas estão questões relacionadas à violência de gênero e sua erradicação. Assim, pensar ações e propostas para a erradicação da violência no contexto universitário deve levar em conta as questões de gênero envolvidas em nossa sociedade e estudos realizados sobre o assunto. Podemos pensar que está em curso, mesmo que de forma lenta e gradual, transformações significativas na nossa cultura e sociedade em decorrência da mobilização das mulheres.

Diante do estudo realizado e das informações levantadas sobre a problemática, consideramos que seja necessário que as instituições de ensino superior reconheçam que são ambientes onde as violências também acontecem, sendo necessário que haja uma mudança na forma de enfrentamento das violências. Deve haver a criação de comissões, grupos de estudos para compreender as violências existentes, levando em conta o contexto local, realizar levantamentos, buscar conhecer casos que já ocorreram e que medidas foram tomadas, compreender as demandas de discentes, docentes e funcionários/as.

Assim, com uma mobilização inicial de um grupo de trabalho é possível criar mecanismos legais. Arelado aos mesmos, torna-se pertinente a criação de um espaço específico destinado ao acolhimento de quem sofre violência e também de quem perpetua, havendo uma capacitação dos profissionais que atuarem nesse serviço. É necessário fazer com que a comunidade acadêmica compreenda o que é violência, reconheça as diferentes formas que ela se apresenta e, ainda, saiba como buscar ajuda e onde realizar denúncias. A instituição deve promover campanhas, rodas de conversa, criação de materiais educativos e informativos acerca da violência contra as mulheres no ambiente universitário, levando em consideração que esta não se restringe somente a estudantes, mas sim a qualquer pessoa inserida no ambiente acadêmico.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, T. M. C. Violências contra mulheres nos espaços universitários. In: STEVENS et al. **Mulheres e violências: interseccionalidades**. Brasília, DF: Technopolitik, 2017. (p. 384-399).
- ÁLVAREZ, J. A.; PEDRAZA, T. de A.. Estudiantes universitarias chilenas: discursos y prácticas contra la violencia sexista. **Nómadas**, Bogotá, v. 51, p. 31–47, 2019.
- ÁVILA, M. B. Testimonio, segunda victimización y reparación. Movilización feminista frente a un caso de violación sexual en la Universidad. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 215–234, 2018.
- ÁVILA, M. B.; GARRIDO, N. F. Institucionalización, violencia de género y demandas desde la base. **Nómadas**, Bogotá, n. 44, p. 201–217, 2016.
- BARRETO, M. Violencia de género y denuncia pública en la universidad. **Revista Mexicana de Sociología**, México, v. 79, n. 2, p. 262–286, 2017.
- BELLINI, D. M. G. Violência contra mulheres nas universidades: contribuições da produção científica para sua superação (Scielo e Web of Science 2016 e 2017). Dissertação de Mestrado. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2018.
- BERMÚDEZ-URBINA, F. M. “Aquí los maestros no pegan porque ya no se acostumbra”: Expresiones de la violencia hacia las mujeres en la Universidad de Ciencias y Artes de Chiapas. **Península**, México, v. 9, n. 2, p. 15–40, 2014.
- BLANCO, R.; SPATARO, C. Con/contra las estrategias institucionales: percepciones de estudiantes universitarios ante iniciativas contra violencias sexistas. **Nómadas**, Bogotá, v. 51, p. 173–189, 2019.
- BUQUET, A.; MINGO, A.; MORENO, H. Imaginario occidental y expulsión de las mujeres de la educación superior. **Revista de la Educación Superior**, México, v. 47, n. 185, p. 83–108, 2018.

BUSTAMANTE, S. V. F. Ante las violencias contra universitarias: acción colectiva, estudiantil y feminista. **Nómadas**, Bogotá, v. 51, p. 243–255, 2019.

CERNA, D. C. Activismo feminista en las universidades mexicanas: la impronta política de las colectivas de estudiantes ante la violencia contra las mujeres. **Revista de la Educación Superior**, México, v. 49, n. 194, p. 135–155, 2020.

D'OLIVEIRA, A. F. Invisibilidade e banalização da violência contra as mulheres na universidade: reconhecer para mudar. **Interface**, Botucatu, v. 23, 2019.

ECHEVERRÍA, R. E. et al. Caracterización del hostigamiento y acoso sexual, denuncia y atención recibida por estudiantes universitarios mexicanos. **Revista de Psicología**, Santiago, v. 27, n. 2, p. 49–60, 2018.

FERNÁNDES, I. G. A violência de gênero no contexto da América Latina. **Pensar, Revista de Ciências Jurídicas**, Fortaleza, v. 17, n. 1, p. 161–194, 2012.

FIORI, A. L. Para enfrentar a violência sexual nas universidades, o tripé: acolhimento, normas específicas e educação. **Ponto Urbe** [Online], São Paulo, v. 26, p. 1-23, 2020.

GAMBOA SOLÍS, F. de M. Acoso sexual en la Universidad de protocolos y protocolos. **Nómadas**, Bogotá, v. 51, p. 211–221, 2019.

GARCÍA, A. A. E. Normalización de la violencia de género cómo obstáculo metodológico para su comprensión. **Nómadas**, Bogotá, v. 51, p. 85–97, 2019.

GONZÁLEZ-GÓMEZ, M. P.; ZUTTA-ARELLANO, D.; PERUGACHE-RODRÍGUEZ, A. Violencia basada en género dentro del contexto universitario: Visión de los administrativos, 2013-2015. **Universidad Y Salud**, Colômbia, v. 18, n. 2, p. 276–290, 2016.

GONZÁLEZ, G. Escraches en redes feministas universitarias: una estrategia contra la violencia de género hacia las mujeres. **Comunicación y Medios**, Chile, v. 40, p. 182, 2019. DOI: 10.5354/0719-1529.2019.53974.

GUARDERAS, Paz et al. Acoso sexual en las universidades ecuatorianas: validez de contenido de un instrumento de medición. **ALTERIDAD, Revista de Educación**, Ecuador, v. 13, nº 2, p. 214-226, 2018.

GUERRERO, C. A. Z.; RODRÍGUEZ, A. D. P. P.; ARIAS, J. J. F. Manifestaciones de la violencia basada en género en docentes universitarios. **PSICOGENTE**, Colombia, v. 20, n. 37, p. 147–170, 2017.

GUINOT, H. V. Las universidades frente a la violencia de género. El alcance limitado de los mecanismos formales. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, Chile, v. 65, n. 238, p. 49–80, 2020.

GUZMÁN, E. C.; LOANGO, A. O. Dominación cruzada: racismos y violencias de género en la educación superior colombiana. **Nómadas**, Bogotá, v. 51, p. 257–265, 2019.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa



dos Tempos, 2018.

IBARRA, M. E. et al. Violencias basadas en género: percepciones con base en un ejercicio de cartografía social. **Nómadas**, Bogotá, v. 51, p. 155–171, 2019.

LÓPEZ-MOLINA, S. A.; VÁZQUEZ-GUERRERO, M. Las políticas de género en una universidad pública estatal: discrepancias institucionales. **Revista Iberoamericana De Educación Superior**, México, v. 9, n. 25, p. 138–156, 2018..

LÓPEZ, A. Violencia contra las mujeres en el ámbito universitario: una realidad emergente en la región. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 23, 2019.

MAITO, D. C. et al. Construção de diretrizes para orientar ações institucionais em casos de violência de gênero na universidade. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 23, p. 474–481, 2019.

MARIN, J. C.; ARAÚJO, D. C. da S.; ESPIN NETO, J. O trote em uma faculdade de medicina: uma análise de seus excessos e influências socioeconômicas. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 4, p. 474–481, 2008.

MATA, R. M. H. Jóvenes universitarias en el Valle del Mezquital: autonomía frente a la violencia. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 56, 2019.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. de C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & contexto-enfermagem**, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008.

MICHETTI, M.; METTENHEIM, S. L. V. Gênero e violência simbólica em eventos esportivos universitários paulistas. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 56, 2019.

MINGO, A.; MORENO, H. El ocioso intento de tapar el sol con un dedo: violencia de género en la universidad. **Perfiles educativos**, México, v. 37, n. 148, p. 138–155, 2015.

MINGO, A.; MORENO, H. Sexismo en la universidad. **Estudios Sociológicos**, México, v. 35, n. 105, p. 571–595, 2017.

MISSE, M. Alguns aspectos analíticos nas pesquisas da violência na América Latina. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 33, n. 96, p. 23–38, 2019.

MORENO-CUBILLOS, C. L.; SEPÚLVEDA-GALLEGO, L. E.; RESTREPO-RENDÓN, L. F. Prevalencia de violencia y discriminación contra la mujer en la Facultad de Ciencias para la Salud, Universidad de Caldas, Colombia, 2010–2011. **Revista Colombiana de Obstetricia y Ginecología**, Colômbia, v. 64, n. 1, p. 12–20, 2013.

MORENO, H.; MINGO, A. Temor, desprecio y deseo como figuras del sexismo en la universidad. **Nómadas**, Bogotá, v. 51, p. 13–29, 2019.

MORENO REALPHE, S. P. et al. ¿“Sutilezas” de la discriminación y la violencia basada en el género? Situación de los y las estudiantes de pregrado y posgrado de una facultad de medicina en Bogotá D.C. **Revista Med**, Nova Granada, v. 23, n. 1, p. 27–37, 2015.

ORTMANN, C. Exclusión y violencia simbólica en la experiencia educativa de las estudiantes de ingeniería. **Revista Interdisciplinaria de Estudios de Género de El Colegio de México**, México, v. 3, n. 5, p. 209, 2016.

PEDRO, J. M.; BARLETTO, M. Movimentos feministas e academia: tensões e alianças. **Revista Feminismos**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 3–16, 2019.

PEÑARANDA, M. L. R. Fraternidad y luchas feministas contra el acoso sexual en la Universidad Nacional de Colombia. **Nómadas**, Bogotá, v. 51, p. 49–65, 2019.

PINTO, C. R. J. Feminismo, História e Poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15–23, 2010.

PORTO, M. O enfrentamento da violência no ambiente universitário: uma experiência na Universidade Federal do Acre. In: STEVENS et al. **Mulheres e violências: interseccionalidades**. Brasília, DF: Technopolitik, 2017. (p. 399-411).

RAMÍREZ, Ó. A. Q. Violencias de género e intervención institucional en la Universidad Nacional de Colombia. . **Nómadas**, Bogotá, v. 51, p. 191–209, 2019.

SAGOT, M. Estrategias para enfrentar la violencia contra las mujeres: reflexiones feministas desde América Latina. **Athenea Digital, Revista de Pensamiento e Investigacion social**, Barcelona, n. 14, p. 215–228, 2008.

SÁNCHEZ, F. J. Z. et al. Violencia de género sobre estudiantes universitarios(as). **Convergencia**, Toluca, v. 24, n. 75, p. 133–157, 2017.

SANDOVAL OBANDO, E.; PEÑA, J. C. Violencia de género y discriminación arbitraria en una universidad privada chilena: una exploración inicial. **Sophia**, Bogota, v. 15, n. 2, p. 55–70, 2019.

SCAVONE, M. **Violência contra a mulher no ambiente universitário**. Instituto Avon/Data Popular, 2015. Disponível em: [http://www.ouvidoria.ufscar.br/arquivos/PesquisaInstitutoAvon\\_V9\\_FINAL\\_Bx20151.pdf](http://www.ouvidoria.ufscar.br/arquivos/PesquisaInstitutoAvon_V9_FINAL_Bx20151.pdf). Acesso em: 9 out. 2020.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010.

SOUZA, R. H. V.; FRANÇA, M. P. S.; PEREIRA, C. M. Violência de gênero e assédio sexual em uma Universidade Piauiense: aproximações ao campo de estudo. **Brazilian Journal of Development**, Paraná, v. 6, n. 5, p. 26705-26721, 2020.

VALLS, R. et al. Breaking the silence at spanish universities: findings from the first study of violence against women on campuses in Spain. **Violence against women**, v. 22, n. 13, p. 1519-1539, 2016.

VALLS, R. et al. ¿Violencia de género también en las universidades? Investigaciones al respecto. **Revista De Investigación Educativa**, v. 25, n. 1, p. 219-231, 2007.

VÁZQUEZ LABA, V. Lo “personal es política universitaria”: incumbencias de las universidades nacionales frente al acoso sexual. **La aljaba**, Buenos Aires, v. 21, n. 1, p. 1–11, 2017.

VÁZQUEZ LABA, V.; PALUMBO, M. How to Achieve the Common Good: Analysis of Discrimination and Violence Based on Gender Relations as Experienced by Male/Female Students at Universidad Nacional de San Martín, Argentina. **Cultura-hombre-sociedad**, Argentina, v. 29, n. 1, p. 385–397, 2019.

VIEIRA, L. J. E. de S. et al. Protocolos na atenção à saúde de mulheres em situação de violência sexual sob a ótica de profissionais de saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 12, p. 3957-3965, 2016.

VIGANO, S. de M. M.; LAFFIN, M. H. L. F. Mulheres, políticas públicas e combate à violência de gênero. **História**, São Paulo, v. 38, 2019.

ZURBANO-BERENGUER, B.; GORDILLO, M. D. G.; BERENGUER, A. Z. Z. A violência contra a mulher nos textos jurídicos da América Latina e do Caribe. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 3, 2019.

## ESTUDO 02

### VIOLÊNCIAS NA UNIVERSIDADE: COMPREENSÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA COMUNIDADE ACADÊMICA<sup>3</sup>

#### 1 INTRODUÇÃO

Em diferentes lugares sociais, as pessoas podem estar expostas a uma série de violências. Os ambientes em que elas acontecem variam, mas podemos compreender que todo lugar pode ser um lugar com potencial para disseminação de violência. No espaço universitário, tal fato não seria diferente, uma vez que ele contém um extrato da sociedade que está inserido em uma cultura machista, racista, homofóbica. Em contrapartida, há ideias e representações entendendo que não haveria violência neste ambiente, por estar constituído de pessoas mais qualificadas intelectualmente (ALMEIDA, 2017; PORTO, 2017).

Podemos constatar que as violências que ocorrem nesse espaço acarretam em consequências para os estudantes, sendo uma delas o sofrimento psíquico. Graner e Cerqueira (2019) realizaram uma revisão integrativa, buscando compreender os fatores de risco e de proteção para sofrimento psíquico entre estudantes universitários em produções disponíveis na literatura científica nacional e internacional. Os resultados obtidos pela pesquisa mostram que ser mulher, ter maior idade e baixa renda foram as características sociodemográficas mais associadas a sofrimento psíquico em estudantes. Como fatores de risco, identificou-se, também, a discriminação (racial, idade, classe, orientação sexual), ter preocupação com a segurança pessoal e ter sofrido agressão.

As autoras concluem que os fatores que mais frequentemente foram associados ao sofrimento psíquico são fatores passíveis de modificação, como características da vida acadêmica e relacionais, o que demonstra a importância de ações de intervenção dentro da universidade. Além disso, apontam que violência, *bullying*, discriminação social entre estudantes devem ser assuntos profundamente pesquisados, com intenção de entender os impactos sobre a saúde dos universitários (GRANER; CERQUEIRA, 2019).

Uma pesquisa pioneira sobre violência contra as mulheres nas universidades brasileiras foi realizada por Scavone (2015) em parceria com o Instituto Avon e o Data Popular. Intitulada “Violência contra a mulher no ambiente universitário”, a pesquisa teve ainda apoio da ONU Mulheres e do Instituto Patrícia Galvão. Entrevistou-se 1.823 universitários de graduação e pós-

---

<sup>3</sup> Manuscrito a ser submetido na revista Cadernos de Pesquisa (FCC).

graduação de todo o país, sendo 60% mulheres e 40% homens. Um dos dados da pesquisa mostra que 10% das mulheres relataram espontaneamente terem sofrido violência de um homem na universidade. Entretanto, quando são questionadas com uma lista de violências o número sobe para 67%, pois elas acabam reconhecendo que foram submetidas a muitas delas.

Os dados da pesquisa revelam ainda que 10% das mulheres sofreram violência física, 49% já sofreram desqualificação intelectual, 63% admitem que não reagiram quando sofreram alguma violência e 53% das mulheres já sofreram assédio sexual. A maioria das mulheres e homens acredita que a temática da violência contra as mulheres deveria ser incluída nos currículos acadêmicos e que a universidade deveria criar mecanismos para punir os homens que cometem violência contra a mulher na instituição (SCAVONE, 2015).

Souza, França e Pereira (2020) realizaram um estudo qualitativo em uma universidade do Piauí, o qual teve como foco uma violência específica, o assédio sexual no ambiente universitário. As autoras salientam que há, nas mulheres entrevistadas, uma dificuldade em identificar e nomear como violência práticas de assédio sexual. Ainda, destacam que os dados da pesquisa “nos indicam a necessidade não apenas de estudos aprofundados sobre o tema, como também de políticas institucionais de acolhimento e enfrentamento” (SOUZA; FRANÇA; PEREIRA, 2020, p. 26719).

Diante desse cenário universitário permeado por uma série de violências, nos indagamos sobre a realidade em que nos inserimos. Por isso, realizamos uma pesquisa qualitativa, com entrevistas semiestruturadas, com a comunidade acadêmica da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Nosso objetivo foi conhecer as experiências da comunidade acadêmica acerca das violências no espaço universitário. Entendemos ser necessário aprofundar a temática na obtenção de dados que possam contribuir no enfrentamento às violências.

## **2 MÉTODO**

Esta é uma pesquisa de caráter qualitativo, a qual responde a questões muito particulares, levando em conta valores, atitudes, crenças e sentidos, como salienta Minayo (2016). A autora destaca que esses aspectos são parte de nossa realidade social, já que o “ser humano se distingue não só por agir, mas também por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e compartilhada com seus semelhantes” (MINAYO, 2016, p. 20).

Nessa direção, para realizar o percurso desta pesquisa, utilizamos como instrumentos para construção das informações entrevistas semiestruturadas e a Técnica de Associação Livre

de Palavras (TALP). A TALP é uma técnica que não consiste num teste, mas numa abordagem projetiva que potencializa a saliência de alguns aspectos das representações sociais. A associação livre é utilizada “para se descobrir como as pessoas imaginam um assunto, isto é, qual a perspectiva que trazem, e para compreender uma gama de outros conceitos e ideias com ele relacionadas” (GASKELL, 2002, p. 80). Nas entrevistas, algumas das questões presentes no roteiro foram: O que é violência para você? Quais tipos de violências você já ficou sabendo ou vivenciou na UFSM? Onde buscar ajuda na instituição? O que a UFSM deveria oferecer para prevenir e lidar com as violências?

O local de pesquisa escolhido foi o contexto da Universidade Federal de Santa Maria. A instituição foi idealizada e fundada pelo Prof. Dr. José Mariano da Rocha Filho em 1960. Tem sede na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, e três campi fora da sede, um em Frederico Westphalen - RS, um em Palmeira das Missões - RS e outro em Cachoeira do Sul - RS. Foi a primeira universidade federal criada no interior, fora de uma cidade capital, tornando o Rio Grande do Sul o primeiro estado do Brasil a ter duas universidades federais. De acordo com dados de janeiro de 2021 obtidos no site da instituição, as informações mostram que são 27.533 o número de estudantes, 1.993 docentes, 2.623 técnico-administrativos em educação e são oferecidos 267 cursos. Os estudantes de graduação regulares na instituição são 20.918, 1.936 são do nível básico, 2.223 estudantes de mestrado e 1.747 de doutorado.

Os participantes foram escolhidos mediante a amostragem bola de neve (GIL, 2019), a qual se dá quando um participante indica outro(s) participante(s) que possa(m) contribuir com a pesquisa. Partimos, inicialmente, do contato com estudantes da Casa do Estudante Universitário, local em que se tinha autorização institucional para realização da pesquisa. Os critérios de inclusão foram: ser maior de 18 anos; ser discente, docente ou técnico-administrativo em educação da Universidade Federal de Santa Maria e estar disposto a conversar sobre discriminação e as diversas formas de violência. Configurou-se como critérios de exclusão: sujeitos que não se sintam à vontade para conversar sobre o tema da pesquisa e pessoas que não falem idioma compreensível plenamente pelos pesquisadores ou pessoas que tenham características físicas (condições de saúde física) ou psicossociais (condições de saúde mental) que impossibilitem a comunicação verbal.

As entrevistas foram realizadas no período de outubro a dezembro de 2020, sendo que 14 delas ocorreram na modalidade online, via Skype, e apenas uma de forma presencial, a pedido da entrevistada, com todos os cuidados necessários em função da pandemia de COVID-19. As entrevistas duraram aproximadamente uma hora, sendo gravadas e, posteriormente, transcritas na íntegra.

Inicialmente, se fez contato com os participantes explicando sobre o tema da pesquisa, seus objetivos e o formato da entrevista. Solicitamos que todos lessem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e enviassem uma mensagem confirmando a leitura e a concordância em participar da pesquisa. Antes de cada entrevista, os participantes responderam a um formulário do Google para preenchimento dos dados pessoais bem como a realização da TALP. O preenchimento da TALP antes da realização da entrevista contribuiu para promover nos participantes indagações sobre o tema, pois muitos mencionavam as palavras lidas no formulário ao responder as perguntas feitas no roteiro.

Após esse preenchimento, os participantes foram chamados no Skype com dia e hora marcados. Dessa forma, participaram 15 pessoas da comunidade acadêmica da Universidade Federal de Santa Maria, 10 mulheres e 5 homens, 3 docentes, 7 técnico-administrativos em educação e 5 estudantes, sendo que as idades variaram entre 19 e 65 anos. Os participantes foram numerados conforme a sequência da realização das entrevistas, por isso serão descritos aqui como Participante 1, 2, 3, etc.

Por fim, como aponta Minayo (2016), uma das etapas da pesquisa é o tratamento e a análise do material, consistindo em ordenar e classificar os dados, bem como realizar a análise propriamente dita. A interpretação das informações se deu a partir da Teoria das Representações Sociais, apoiando-se, principalmente, em Moscovici (2015), Arruda (2014), Palacios (2010, 2014) e Jovchelovitch (2008), bem como em estudos que abordam a temática da violência no contexto universitário. A seguir, apresentaremos os resultados e a discussão a partir de duas categorias: “Compreensões sobre as violências e sua expressão no contexto da UFSM” e “Ações propostas pela UFSM no enfrentamento às violências: discutindo possibilidades e ideais”.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

#### **3.1 COMPREENSÕES SOBRE AS VIOLÊNCIAS E SUA EXPRESSÃO NO CONTEXTO DA UFSM**

Constantemente escutamos sobre violência, seja na televisão, nas conversas informais, na internet, em leituras que realizamos. Ouvimos falar de violência de gênero, violência policial, violência interpessoal, violência contra mulheres, etc. Mas o que é violência? Parece ser uma pergunta simples, mas quando paramos para pensar nos deparamos com um tema complexo. Como destaca Chauí-Berlink (2017), a violência tem sido tema de investigação de muitos pensadores e por vezes acabamos por reconhecê-la em nós mesmos e nas relações que

estabelecemos, todavia nem sempre refletimos sobre ela. Isso pôde ser observado quando questionamos os participantes: “O que é violência para você? O que você considera uma violência?” Essa foi a pergunta inicial das entrevistas realizadas.

Percebemos que ainda permanece um entendimento da violência relacionado à agressão física, pois essa, geralmente, é a primeira resposta frente à indagação feita. Como mostram as seguintes falas: “A violência, a primeira coisa que me vem na cabeça quando penso em violência é em agressão física, mas, quando eu penso nisso, eu logo me lembro que existem outras formas de violência” (Participante 11), “a primeira imagem que me vem à mente quando eu penso em violência tem muito a ver com a violência física” (Participante 7), “A gente vai entendendo, talvez quando a gente é criança ainda, a violência tá muito mais relacionada a um ato violento que tu vê na televisão, que tu vê de fora, do que qualquer outra coisa” (Participante 12).

Etimologicamente, a palavra violência deriva do latim “vis” que significa força, como salienta Chauí (2017). A autora relata que se recorrermos ao dicionário observamos que seu significado é amplo e diversificado e não se caracteriza somente pela dimensão física, mas por dimensões psíquicas e simbólicas. Podemos compreender melhor essas conceituações de violência com os constructos criados pela Teoria das Representações Sociais, ancoragem e objetivação. As representações sociais são criadas por meio desses dois mecanismos e devemos compreendê-las como sempre possuindo duas faces interdependentes, “a face icônica e a face simbólica. Nós sabemos que: representação = imagem/significação; em outras palavras, a representação iguala toda imagem a uma ideia e toda ideia a uma imagem” (MOSCOVICI, 2015, p. 46).

O processo de ancoragem visa classificar e dar nome a alguma coisa. É um processo de transformação daquilo que nos é estranho e perturbador em categorias já conhecidas por nós. Nomear um fenômeno possibilita imaginá-lo, representá-lo. Já o processo de objetivação se caracteriza por tornar concreto aquilo que é abstrato, isto é, objetivar é descobrir a qualidade icônica de uma ideia, reproduzir um conceito em uma imagem (MOSCOVICI, 2015). Assim, destacamos que predomina no entendimento da violência uma classificação e uma imagem da violência física, de um ato violento que envolve uma agressão ao corpo do outro, de forma concreta. A violência tem sido ancorada e objetivada no ato físico.

Entretanto, sabemos que os sujeitos não estão isolados, já que estão inseridos em uma sociedade, em uma cultura, em um local de trabalho, assim como se relacionam com diferentes pessoas. Diante disso, percebemos um movimento no sentido de que ao longo da trajetória acadêmica e profissional dos participantes esse conceito vai se ampliando, vai havendo uma



melhor compreensão do que é violência, seja pelas experiências que o sujeito vivenciou, seja pelas pessoas que ele teve que acolher no trabalho realizado na instituição. Como relata a participante 7: “Eu acho que ao longo, principalmente da graduação, eu fui aprendendo que existem muitas formas de violência e depois com o trabalho também fui percebendo que existem inúmeras formas de violência” e outros participantes:

Hoje eu já vejo a questão da violência de uma forma muito diferente do que eu via antes. [...] Eu não atentava muito pra questões da violência. [...] E quando eu entrei na UFSM esse tema ficou muito mais recorrente, porque [...] ela vem através do conhecimento, sabe? Normalmente é por meio do poder, sabe? [...] Então eu comecei a ver a questão da violência diferente, de uma forma diferente assim, eu comecei a dar bola pra isso [...] a ficar chateada, a ficar preocupada com essas questões, era uma coisa que eu não me preocupava tanto. (Participante 10)

Eu acho que com esse tempo já de trajetória, de percurso, de mundo do trabalho e anterior a ele, do percurso de formação e da minha própria origem, eu acho que o conceito de violência também ele vai, ele vai se ampliando. [...] ao longo dessa caminhada toda a gente vai entendendo que a violência possui diversas nuances, até chegar na agressão física em si e, às vezes, até extinguindo ali a vida do outro, né? [...] o entendimento de violência nessas últimas décadas também mudou, não é uma coisa específica do meu percurso ou da minha trajetória, eu acho que as pessoas começaram a se dar conta de que o comportamento violento, de que essas agressões desrespeitosas, tudo isso é violência. (Participante 12)

A partir desses relatos, podemos perceber que há mudanças em relação ao entendimento da violência. Essa mudança pode ser decorrente de debates sobre o tema, de novas compreensões sobre o que é sofrer violência e de uma não aceitação de formas violentas de relações. Como pontua a participante 7: “acho que violência também já não é só apanhar, a violência já é vista de várias outras formas, eu acho que as políticas dos últimos anos foram ampliando esse debate na sociedade, né? A própria lei Maria da Penha ampliou o debate de certa forma”. Essas outras formas de representar violência, para além da violência física, também estão presentes nas respostas da comunidade acadêmica entrevistada.

Eu tô muito apegado à questão de violência social, sempre que eu imagino violência me vêm a palavra social na cabeça. Então, sendo morador da Casa do Estudante e com diversos atravessamentos que eu vivi ali na diretoria, enxergando não só o meu caso, como as diversas realidades que tem ali, violência para mim, atualmente, está muito ligada à questão social. (Participante 1)

Eu acho que é todo ato que te viola de alguma forma. Que não precisa ser necessariamente algo físico, direto, mas pode ser envolvendo pessoas do teu cotidiano, é... parentes, amigos, com a intenção de te afetar de alguma forma e de uma forma negativa, né? Que te prejudique de alguma forma. (Participante 2)

Quando a gente pensa em violência não penso só em física, mas em violência moral, violência emocional [...] tanto na questão do machismo, né? Que ele traz muita violência não só no momento em que existe a violência contra mulher, mas, por exemplo, uma relação de posse dentro do machismo. Pra mim o machismo em si, ele é uma forma de violência. O racismo é uma forma de violência. [...] Eu acho que

qualquer coisa assim que vá... que ofenda alguém ou que faça a pessoa se sentir mal, pra mim é violência. (Participante 5)

Essas mudanças de percepção ao adentrar espaços, conhecer pessoas ou compreender novas leis são importantes de serem destacadas. Posto que “ao serem apresentados a novos posicionamentos sobre determinadas temáticas importantes para a vida em sociedade, os sujeitos podem produzir novas representações” (LIRA, 2019, p. 29). As mudanças na noção sobre violências e também sobre a realidade que está a sua volta demonstram uma nova perspectiva diante dos acontecimentos da vida cotidiana.

Além disso, os participantes foram indagados, a partir de suas experiências e suas compreensões de violência, sobre quais violências eles acreditam que ocorrem na instituição. As participantes descrevem: “Já teve vários casos de racismo. [...] Essa questão da violência sexual que já aconteceu também na universidade” (Participante 4), “Na verdade, o assédio é uma coisa [...] também muito presente aqui dentro e que, de certa forma, eu não tinha vivido isso também, sabe?” (Participante 10). Assim como outras formas ocorreram:

Parando pra pensar agora, na verdade, já fiquei sabendo de tudo um pouco [...]. De casos de estupro dentro da Casa do Estudante que foi uma coisa que foi bem noticiada na época, eu lembro que gerou uma revolta. Casos de assédio moral ou sexual por parte de professores com alunos. (Participante 14)

Já presenciei violência no sentido de professor negar acessibilidade para aluno, que isso para mim é uma forma de violência tremenda porque todo mundo tem direito ao acesso e permanência no ensino superior. Então, no momento em que tu como professor nega acessibilidade para uma pessoa, isso é uma forma imensa de violência. Já presenciei questão de assédio [...] também por parte de pessoas com maior poder dentro da universidade. (Participante 5)

Assédio sexual dentro da instituição é um caso, é muito grave, acontece muito dentro da instituição também, são formas de violência que a gente denuncia bastante, que são coisas que a gente estimula muito as meninas, as gurias a denunciarem. São coisas que a gente não pode deixar passar mais. (Participante 9)

Além dessas violências, o abuso de poder associado à uma forte hierarquia existente na instituição foi relatada pelos participantes, “já vi muita gente abusar da sua autoridade dentro da universidade, do seu cargo, falando coisas que não deviam, dizendo coisas que não deviam, abusando do seu lugar de fala, do seu lugar de poder, do seu espaço” (Participante 9), similar a essa fala nos responde o participante 11:

Dentro do contexto da UFSM [...] no principal contexto que se trata dentro da academia seria abuso de autoridade, por exemplo de professores, professores cobram coisas que não deveriam ser cobradas, ou que, por exemplo, [...] têm comportamentos em sala de aula que seriam desrespeitosos com muitas pessoas, coisas assim. Eu já ouvi falar de histórias e contextos em que professores foram abusivos no sentido de autoridade. [...] [o professor] ele acaba exercendo o poder que ele tem como autoridade de uma maneira que não serve para a proposta que ele tá lá que seria

ensinar, seria promover a busca do conhecimento. Eu não cheguei a presenciar assim ou pelo menos não percebi em sala de aula, mas ouço relatos de que aconteceram coisas assim. (Participante 11)

Diante disso, evidenciamos que por mais que estejamos caminhando para uma melhor compreensão da violência e um reconhecimento das suas diferentes formas de expressão, ainda permanece, no contexto universitário, uma intensa hierarquização e uma violência invisibilizada, baseada no poder, que está naturalizada nas formas das relações estabelecidas, que aqui chamaremos de violência acadêmica. Como exemplificado pelos participantes: “dentro da instituição eu acho que o que mais se tem é a violência velada, acho que é aquela questão de, principalmente, entre docente pelo discente, ‘eu tenho o poder de te dar nota, eu tenho o poder de te reprovar’, os alunos têm muito medo...” (Participante 9),

A principal violência que existe dentro do contexto acadêmico e não aparece, ela é uma violência: primeiro de tudo baseado no poder, o poder do docente sobre o estudante e dos pós-graduandos sobre o pessoal dos níveis de graduação e especialização. Essa violência é a mais disseminada, a mais atuante, com maiores impactos sobre o estudante como coletividade. Não estou negando a importância de um caso de estupro, porque existem casos de estupro, violência acadêmica no sentido de... essa baseada na desigualdade dos lugares sociais, da assimetria social, essa é uma violência cotidiana, legitimada na maioria dos nossos cursos e que tem um dano social muito maior no coletivo. [...] Por isso que eu acho que no contexto acadêmico, a violência, a pior violência é essa, a violência que eu chamo aqui de acadêmica, que tem uma disparidade de forças, notadamente entre professor e seus alunos. (Participante 6)

[...] não tinha parado pra pensar direito, mas talvez uma violência assim acadêmica, de testes desnecessários para testar até o teu limite o que tu sabe, o que tu não sabe, acho que pode ser visto como uma violência também, porque às vezes as pessoas sabem que tu sabe, que tu entende, que tu domina aquele assunto, mas é só o intuito de constranger, né? (Participante 2)

Tanto no contexto universitário quanto fora dele, podemos compreender que há violências que podem ser melhor reconhecidas e identificadas, como uma violência física. Por exemplo, quando alguém leva um soco ou um tapa de alguma pessoa, as pessoas reconhecem isso como violência, entendendo que isso pode vir a causar dificuldades, problemas profissionais e conflitos na vida pessoal. Todavia, conforme destaca o participante 6:

Eu acho que essa violência acadêmica, ela continua tão encoberta como era antes. [...] Sem essa assimetria de forças eu acho que sim, isso está muito mais claro, eu acho que as pessoas têm uma consciência muito maior do que seria essa violência, principalmente em termos de assédio sexual, eu acho que está muito claro, do que seria uma violência doméstica, certo?

Neste caso específico de violência, aqui referida como acadêmica, podemos supor que ela afeta sobretudo os estudantes, já que estes poderiam ser entendidos como os mais “frágeis” e localizados na base da pirâmide de uma hierarquia estabelecida institucionalmente. Tal

hierarquia é confirmada e consolidada a partir da própria legislação a ser seguida. O participante 12 relata que não há paridade entre as categorias quando um comitê precisa ter competência decisória, uma vez que a decisão é estabelecida com 70% de docentes e 30% de técnico-administrativos em educação e estudantes. Ele entende que “é uma violência também que tem aí, que acentua as diferenças entre as classes e faz com que se gere mais conflitos” (Participante 12).

Pontuamos que a depender do lugar que se ocupa na instituição, a pessoa pode vir a estar mais ou menos exposta a sofrer alguma violência. Por outro lado, para além desse lugar que se ocupa na instituição, devemos levar em conta aspectos atrelados a gênero, pois sabemos, a partir de alguns estudos no Brasil (D’OLIVEIRA, 2019; MAITO et al. 2019; LÓPEZ, 2019) e em outros países da América Latina (MINGO; MORENO, 2015; VÁSQUEZ, 2019), que as mulheres têm estado mais expostas a sofrer violência no contexto universitário. López (2019) considera que a violência contra as mulheres no ambiente universitário pode ser considerada “emergente” na América Latina, sendo que a universidade é um lugar que expressa e reproduz a violência como outros espaços sociais, demonstrando que a violência é um fenômeno estrutural.

Isso pode ser confirmado com os relatos dos participantes, já que de forma geral, eles acreditam que as minorias sociais estão mais expostas e, mais especificamente, as mulheres. E aqui entra uma dualidade presente nesse contexto. Ao mesmo tempo em que adentrar o espaço universitário pode ser considerado uma conquista para as mulheres, já que acessar esse nível de ensino era proibido e tal proibição regulamentada por leis (ALMEIDA, 2017), ainda é um espaço de muita exposição de violências, como se as mulheres não pertencessem àquele lugar, já que são menosprezadas, interrompidas e desacreditadas naquilo que dizem. Além de, como relatam as entrevistadas da pesquisa de Rodríguez, Leongoméz e Suárez (2020), todo o tempo sentir a necessidade de se justificar e provar a todo custo que merecem estar no espaço acadêmico.

Tais percepções sobre as mulheres podem ser percebida nas falas: “a mulher ainda é a que tá mais sujeita à violência, ao assédio, tanto moral como o assédio sexual também [...] tudo muito ainda em função do machismo” (Participante 4), “eu acho que a mulher, com certeza, se fosse pensar, estão mais expostas a sofrer” (Participante 8), “acho que as mulheres, pessoas trans, negras e cotistas de renda” (Participante 2),

Já vi casos, já ouvi falar de casos de machismo [...] de professor falar coisa em sala de aula que seria machismo, coisas machistas em sala de aula pra desmerecer, ou às vezes também atitudes de alguns colegas que são machistas com relação às meninas. E isso realmente é uma coisa que afasta as meninas do curso, porque das meninas que

eu conheci, o número de pessoas que eu conheci, mas isso é um recorte, não dá pra levar isso como estatística, mas as meninas que eu conheci no curso têm mais evasões do que os meninos que eu conheci no curso. É um ambiente que desestimula mais as mulheres do que os homens, tanto que, historicamente, foi assim e, hoje em dia, ainda tem muito menos mulheres que homens no curso de exatas. (Participante 11)

Assumpção (2012) destaca que não há dúvidas de que ter mais mulheres acessando o ensino superior no Brasil causa impactos, “tanto no que se refere às repercussões dessa etapa de escolarização em suas vidas e trajetórias pessoais, familiares e profissionais, mas também nas condições de permanência no âmbito curso superior, nas oportunidades acadêmicas e profissionais durante e após a formação” (p. 44). No entanto, não podemos perder de vista que, como também destaca Bordieu (2002), tanto o sistema educacional quanto a cultura em que estamos inseridos decorrem de uma socialização androcêntrica, que hierarquiza homens e mulheres, acarretando em violência e dominação simbólicas de forma permanente.

Ademais, salientamos que há uma não compreensão das mulheres enquanto minoria social, havendo uma confusão com esse termo no que se refere a minoria e maioria numérica, o que pode ser representado nos seguintes relatos sobre as mulheres estarem mais expostas:

Acho que em si, as mulheres [...] entre técnicos, estudantes, docentes. Primeiro porque a gente é maioria, né? Mulher é maioria e apesar de a gente ser maioria dentro da instituição, se tu for ver [...] sempre quando tem alguma coisa, apesar da gente ser maioria, a fragilidade é muito grande em certos aspectos. (Participante 9)

E mulheres também, né? Não sei se conta como minoria porque em geral são maioria na universidade, né? Eu acho que os relatos que eu ouvi eu poderia dizer que são a maioria de mulheres. (Participante 3)

Tais relatos nos ajudam a pensar sobre o termo minoria social descrito por Moscovici (2015). Por um lado, há o entendimento de maioria e minoria numericamente, quando há, por exemplo, um quantitativo maior de pessoas de um determinado segmento, compreendemos que tais pessoas são maioria. Por outro lado, há a compreensão de minoria social. Nesse caso, minoria “é a situação de um grupo ao qual foi negada autonomia e responsabilidade, que não tem a confiança, nem é reconhecido por outros grupos [...]. Tal grupo não se reconhece nos sistemas existentes de poder, crença e não representa tal sistema para ninguém” (MOSCOVICI, 2015, p. 349).

Ainda, Moscovici (2015) salienta que as minorias são conceituadas a partir de situações históricas e modelos culturais e ressalta se admirar quando as pessoas tomam esse termo a partir de seu entendimento puramente numérico. O autor destaca que “há muito tempo dei o exemplo das mulheres, mostrando claramente que ser uma minoria não significa ser menos numeroso. Uma maioria pode também ser entendida legalmente, culturalmente, como menor” (MOSCOVICI, 2015, p. 356). Essas constatações vão, de certa forma, ao encontro de uma das

perguntas desta pesquisa: “Considerando que mulheres são maioria numérica dentro do contexto universitário, por que ainda estamos expostas a tantas violências?”. Tal questão talvez não tenha uma resposta definitiva, mas podemos pensar em alguns contornos para essa pergunta.

Um desses contornos é pensar que a representação que se tem sobre determinadas pessoas não muda simplesmente por elas estarem inseridas em maior número, em determinado ambiente. Fortino (2009) alerta que os estudos demonstram que a coexistência entre mulheres e homens em um mesmo espaço não é sinônimo de igualdade. Conforme a autora, essa coexistência está longe de promover um questionamento sobre a dominação masculina e reflete ainda que “onde termina a exclusão começa a discriminação” (FORTINO, 2009, p. 46).

Embora saibamos que ocupar um lugar na universidade talvez não seja reconhecido e legitimado, acreditamos que há transformações em curso. A partir das entrevistas, podemos constatar que por mais que a violência faça parte da história das instituições, atualmente, podemos falar mais sobre ela. Ainda não estamos no patamar de agir mais, mas poder falar, discutir, debater sobre o assunto já pode ser um primeiro passo para o início de uma transformação institucional. Como podemos perceber nas falas:

Quando eu tava na Casa do Estudante eu vi muitas meninas sendo abusadas [...] que tavam bêbadas, os meninos passando a mão nelas e a gente na época achava que era normal. Nossa, por que que ela bebeu tanto? Ela não devia ter bebido tanto, daí a gente tentava tirar as gurias daquela situação, só que a gente não tinha certeza se aquilo era certo ou se não era, então a gente tentava tirar elas dali, mas a gente não denunciava os gurus, sabe? Hoje eu denunciaria, mas na época eu não achava que era uma violência, hoje eu sei que é. (Participante 9)

Pensar no espaço da universidade e de quando eu entrei há anos atrás na Casa do Estudante e hoje assim que eu vejo dos estudantes que moram na Casa do Estudante. As situações são basicamente as mesmas, só que o que eu lembro é que na nossa época, quando eu entrei, essas situações ficavam tão veladas, que quando alguma das gurias falava ah, era louca, ah, é assim mesmo. Eu vejo assim que essa turma dos últimos anos, não é só essa turma, eu acho que o momento político também anterior repercutiu muito nessa geração em que as coisas vêm mais à tona em que o porteiro me assediando, o porteiro me chamando, me convidando todo dia pra sair não é uma coisa legal, sabe? E que talvez eu não saiba ainda nomear que é assédio, mas no mínimo eu identifico que não é legal e eu vou buscar ajuda. Então, me parece que eles identificam mais as situações. (Participante 7)

Eu tentei trabalhar questões de gênero aos poucos, eu fui introduzindo questões de gênero. E quando eu trabalhava gênero em sala de aula, eu quase apanhava, inclusive das alunas. Não digo, eu tô exagerando, mas assim ó, era uma coisa que não era vista, sabe? [...] Bom, quando eu saí [...] as minhas aulas sobre gênero eram completamente diferentes, completamente diferentes. Já havia uma... meninas na sua maioria, 90% meninas, mulheres, né? [...] Então, eu vi, ao longo do tempo, a consciência crítica delas ir aflorando. (Participante 15)

Tais relatos ilustram a compreensão de que toda representação social é dinâmica, já que tudo aquilo que se constrói na cultura pode ser reconstruído de acordo com o contexto em que se encontra o sujeito, como aponta Palacios (2010) e de acordo com as condições sócio históricas e políticas, já que foi sinalizado mudanças de pensamento para a geração atual. Além disso, as falas trazidas pelas entrevistadas nos permitem perceber, em conjunto com Palacios (2010), que não é o objeto em si mesmo que tem um certo sentido ou realidade, mas quais significados são dados a ele à medida que as experiências acontecem no cotidiano. Em suma, podemos assumir que as representações em torno da violência e o reconhecimento que se tem sobre ela atualmente demonstram que novos significados estão emergindo e produzindo efeitos em nossa interação social.

Além disso, quando pensamos em violência muitas vezes destacamos que uma das formas de prevenir e diminuir a incidência de casos seria pela via da educação. Não há dúvidas de que essa é uma estratégia pertinente para buscar um melhor enfrentamento para essa problemática. Entretanto, nos indagamos quando nos inserimos em um contexto universitário, onde as pessoas estão em formação acadêmica, muitos já realizaram mestrado, doutorado, pós-doutorado e percebemos que é extremamente comum a existência de violências.

Isso pode ser melhor compreendido a partir dos conceitos de universos consensual e reificado e de polifasia cognitiva. Moscovici (2015) descreve que as representações sociais estão marcadas pela divisão entre universo reificado e universo consensual. Basicamente, esses termos se referem ao entendimento que de um lado haveria o universo consensual, com o senso comum, conhecimento popular, maneiras de pensar e agir na vida cotidiana e do outro lado o universo reificado com o saber científico.

Em seu estudo sobre as representações sociais da Psicanálise na França, Serge Moscovici trouxe à luz essa tensão existente entre o pensamento considerado científico e profissional e o pensamento cotidiano das pessoas, como salienta Marková (2017). A autora destaca que os conceitos de comunicação e linguagem são fundamentais para a compreensão das representações. Traz ainda que “representações são formadas, mantidas e mudadas na e por meio da linguagem e da comunicação e, da mesma forma, o uso de palavras e atributos ligados aos sentidos transforma as representações sociais” (p. 363).

Além disso, Moscovici (2015) também descreve o conceito de polifasia cognitiva entendendo que ela é tão inerente à vida mental como acontece com a polissemia na linguagem. Tal conceito refere-se “a um estado em que diferentes tipos de saber, possuindo diferentes racionalidades, vivem lado a lado no mesmo indivíduo ou coletivo” (JOVCHELOVITCH, 2008, p. 125). As interações entre os grupos e seus contextos acabam por produzir uma

diversidade de formas de pensar e se comunicar, podendo haver consenso, dissenso ou contradição, o essencial disso é entender que a comunicação não leva necessariamente a harmonia, progresso e melhor compreensão (MARKOVÁ, 2017). Em suma, podemos compreender que os diferentes saberes adquiridos por um sujeito coexistem, se transformam, mas não se excluem.

Dessa forma, considerando o contexto aqui estudado, cabe ressaltar que por mais que se alcance outros saberes, do mundo reificado, muitos outros saberes permanecem, tanto na pessoa, grupo ou instituição. A prevenção da violência por meio da educação está muito mais associada ao universo consensual, pois se trata de rever valores e sentidos construídos desde o início da vida. Parece não estar tão atrelada ao universo reificado, uma vez que, como já apontado, as pessoas inseridas no contexto científico e acadêmico continuam a perpetuar diferentes formas de violência. Isto é, adentrar os níveis mais altos de qualificação educacional, por vezes, parece não surtir efeito nas ações da vida cotidiana e nas relações estabelecidas.

### 3.2 AÇÕES PROPOSTAS PELA UFSM NO ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS: DISCUTINDO POSSIBILIDADES E IDEIAS

Reconhecer que a violência é uma realidade do contexto universitário é um primeiro passo para buscar enfrentar esse fenômeno, tanto pelas pessoas que fazem parte da comunidade acadêmica quanto pela própria instituição. Mas o que é necessário fazer? Quais os caminhos a se percorrer quando alguma situação ocorre na instituição? Em suma, onde buscar ajuda? Esses foram alguns questionamentos que fizemos aos nossos entrevistados e que abordaremos neste tópico.

Quando questionados sobre onde buscar ajuda na instituição se algum caso de violência acontecesse, os participantes relatam: “não faço ideia do que fazer” (Participante 8), “pensando agora se eu passasse por algum tipo de violência, eu não sei onde recorrer” (Participante 1). Já a participante 2 sabe onde buscar ajuda “mas eu saber não significa que eu tenha fé que aquilo vai dar certo e que as pessoas vão resolver”. A estudante acrescenta ainda que quando precisou dar suporte a amigos considerou os serviços de atendimento insuficientes, “é insuficiente porque tem vários relatos de colegas, inclusive o meu colega de quarto. Ele começou a vim com uns papos [...] de suicídio e eu fiquei sem saber como reagir, como que ajudar” (Participante 2).

Há desdobramentos diferentes a depender do caso e do lugar em que a violência acontece. Os participantes descrevem:



A gente tem primeiro um desdobramento do ponto de vista de atenção, é acionada uma equipe psicossocial, um assistente social e um psicólogo, que vai dar um apoio inicial. Se oferece atendimento, havendo a necessidade de encaminhar para um outro tipo de atendimento, a gente faz, hoje em dia tem uma equipe de saúde formada por dois médicos e um enfermeiro que vão dar alguma condução. E, geralmente, os pró-reitores acabam cuidando da parte legal necessária nesse caso, uso das câmeras, cuidar de acionar a polícia essas coisas. (Participante 6)

Porque se é um auxílio mais psicológico assim tem vários lugares [...] se é uma coisa de denúncia que tem que fazer, tem os canais básicos, que são a Ouvidoria [...]. Tu pode anonimamente entrar no site lá e falar, se tu quer fazer uma coisa mais específica assim [...] tem os assistentes sociais que tu pode conversar com eles, se tu quer conversar mesmo “ó eu não sei o que fazer”, tu pode ir na coordenação do teu curso, tu pode falar com a direção, tu pode falar com a unidade de apoio pedagógico. (Participante 9)

Sobre a Ouvidoria, local para comunicação de diferentes acontecimentos, inclusive denúncias de violência, ficou evidente que os relatos realizados no local não são percebidos pelos participantes na pesquisa como sendo anônimos, tal como se divulga no site e em palestras realizadas. Os participantes relatam:

Inclusive, muitas vezes, eu já ouvi falar do oposto que é a pessoa, o estudante ir na Ouvidoria fazer uma reclamação e o professor ficar sabendo e depois fazer alguma nota ou mandar alguma resposta em represália aquilo ali. Eu nunca ouvi falar de um caso concreto que tenha sido resolvido. (Participante 14)

Isso eu vi numa palestra, eu nunca fiz uma denúncia [...] tu não coloca o teu nome, mas pelo que eu entendi, posso estar errada, tu coloca ali algum dado que eu não lembro qual é, se é e-mail, alguma coisa assim [...] não é pra ter um retorno, mas de alguma forma precisa. Como se tivesse que ter um registro daquilo, mas que tu não coloca teu nome só que aí dependendo do registro [...] digamos que tenha que ter a unidade universitária, dependendo do caso [...] todo mundo já sabe quem é [...] só sei que quando eu ouvi isso naquela palestra, eu pensei então não é 100% anônimo, né? [...] E ainda tu tem que juntar provas. Então, dependendo muitas vezes da prova vai rolar uma identificação ali. (Participante 3)

Diante disso, destacamos que a instituição dispõe de serviços para denúncia como a Ouvidoria, locais para atendimentos com psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais, bem como há Unidades de Apoio Pedagógico em cada centro de ensino, que são locais que também servem de suporte quando os estudantes precisam obter outras informações. No entanto, apenas existir esses serviços parece não adiantar, uma vez que pouco se sabe sobre eles, sobre suas finalidades e há pouca articulação entre os mesmos.

Tais constatações podem ser observadas nos seguintes relatos: “eu acho que os caminhos em si eles não são tão claros pra todo mundo e as pessoas só se preocupam com isso quando precisam, e aí quando precisam não sabem a quem recorrer institucionalmente” (Participante 12), “não tem uma divulgação [...] a gente vai normalmente para a coordenação e a gente não sabe se isso vai ser levado a frente, então de repente deveria existir uma orientação

do que fazer e de quem recorrer para que isso seja efetivo” (Participante 5), “não há difusão dessas ferramentas se elas existem” (Participante 1).

Em decorrência dessa falta de articulação entre os serviços há pouca efetividade na resolução dos casos. Ao indagar os entrevistados sobre que providências são tomadas, parece persistir uma ideia de que os casos não terão resolutividade, por vezes podem vir a ter quando se tornam públicos:

Isso seguidamente eu comento, muito poucas providências, né? Geralmente quando os casos tomam assim um conhecimento público parece que aí, sim, a universidade se posiciona e alguma coisa acontece. Eu lembro de um caso meio recente de racismo [...] teve uma pichação num curso e a universidade tomou algumas providências. (Participante 3)

Quando eu tomo conhecimento em casos como esses, eu procuro informar a pessoa que existem maneiras de resolver o problema como, por exemplo, levar para o diretório acadêmico, levar para o colegiado dos professores, ou encaminhar uma denúncia formal. E na maioria dos casos não é feito nada, porque eu vejo que prevalece uma ideia de que não adianta fazer nada porque não vai dar em nada mesmo e, às vezes, eu acabo percebendo que essa, só essa ideia de que não adianta fazer nada acaba impedindo as pessoas de tentar fazer alguma coisa, sabe? (Participante 11)

Há um número de casos que eu acompanhei ao longo desses anos que eu indiquei aos estudantes irem até a Ouvidoria procurarem as vias legais, às vezes não procuraram por medo de retaliação, às vezes não procuravam com medo de ficar marcado no curso, às vezes não procuram simplesmente porque acham que não vai dar em nada. E quando procuram por vezes não dá em nada. (Participante 6)

Por mais que se tenha essa percepção, nos últimos anos algumas ferramentas têm sido disponibilizadas pela instituição e algumas ações têm sido propostas, como por exemplo: Campanha Trote Sem Assédio, proibição de consumo de bebidas alcoólicas dentro do campus, proibição da realização de trotes, início da criação de uma política de gênero e criação de um Código Disciplinar Discente. Por mais incipiente que possa se considerar essas ações, podemos destacar que elas podem contribuir para o início de uma transformação em relação ao reconhecimento das violências, assim como proporcionar mais efetividade.

A criação do Código Disciplinar Discente foi mencionada principalmente por técnico-administrativos em educação. Esse Código foi criado em 2018 e gerou repercussões negativas entre os estudantes na época. Como apontaram as participantes:

Na época, os estudantes entenderam como uma forma de agressão contra eles que eu acho que não deveria ser. Tem pontos polêmicos, mas que, ao mesmo tempo, eu vejo por outro lado como uma ferramenta pra que a gente possa, um instrumento para que a gente possa gerir administrativamente essas questões e poder dar um encaminhamento, né? [...] Muito mais de uma pressão pra que a coisa aconteça do que de fato uma construção com a comunidade como um instrumento pra que essas situações tenham um encaminhamento administrativo, pra além do encaminhamento legal lá fora. Dentro da universidade o que a gente pode fazer com essas questões, eu acho que muito pouco dialogado. (Participante 7)

Eu não sei dizer o termo da resolução que foi criada um tempo atrás, foi bastante combatida pelos estudantes, o servidor tem o Código de Conduta do Servidor, né? E foi criada dentro da UFSM uma espécie de Código de Conduta Discente, eu não sei se é esse o nome mesmo e foi muito combatido daquela época pelos estudantes, na representação dos estudantes. Mas até então não existia nenhum documento dentro da UFSM que desse força ou amparo legal, jurídico para instruir um processo e encontrar uma punição pra um estudante que gerasse, que tivesse um comportamento violento. (Participante 12)

O Código mencionado pelos participantes chama-se “Código de Ética e Convivência Discente da Universidade Federal de Santa Maria”<sup>4</sup> criado a partir da resolução 017 de 2018. Em seu artigo 1º, é descrito que o objetivo do Código é estabelecer direitos e deveres dos discentes, criando infrações passíveis de sanções e buscando uma adequada convivência em todos os *campi*. As ações que poderão ser analisadas não se restringem somente às dependências da universidade, mas também aos locais onde há realização de atividades associadas ao fazer universitário, isto é, atividades de ensino, pesquisa e extensão que ocorram fora das dependências.

O Código visa coibir seis práticas, descritas em seu artigo 4º, a saber:

I – a prática de atos definidos como infração pelas leis penais nacionais e pelo presente Código de Ética e Convivência Discente, em consonância com a legislação e princípios constitucionais e normas infraconstitucionais; II – o uso de meios fraudulentos, com o propósito de lograr aprovação ou qualquer tipo de vantagem, quer para si ou para terceiros; III – o descumprimento das normativas vigentes sobre trote acadêmico; IV – a utilização do nome, símbolos e propriedade intelectual da UFSM para proveito individual ou visando lucro; V – danos ao patrimônio da UFSM; VI – todas as formas de violência, opressão, intolerância, incitação ao ódio, racismo, xenofobia, bullying, cyberbullying, e preconceito, seja linguístico, cultural, religioso, de gênero, de classe social, raça, cor ou de qualquer outro tipo.

Já as infrações disciplinares classificam-se em: I – leves, passíveis de advertência; II – médias, passíveis de advertência ou repreensão; III – graves, passíveis de repreensão ou suspensão máxima de quarenta e cinco dias, ressalvada a aplicação de agravante; e IV – gravíssimas, passíveis de suspensão ou de desligamento. As violências estão elencadas nas infrações graves e gravíssimas, como, por exemplo: ofender a integridade física ou a saúde de outrem; ameaçar alguém, por palavra, escrito, gesto, ou qualquer outro meio simbólico; praticar violência que resulte lesão corporal grave, gravíssima ou morte; praticar estupro ou atentado violento ao pudor; praticar, induzir ou incitar, por qualquer meio, a discriminação ou preconceito de sexo, gênero, raça, cor, etnia, orientação sexual, religião, procedência nacional ou qualquer outro tipo de diversidade; além de itens sobre assédio moral e sexual.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://portal.ufsm.br/documentos/publico/documento.html?id=9979135>. Acesso em: 25 jan. 2021.

O Código foi criado a partir do aumento de denúncias de casos<sup>5</sup> de racismo, homofobia, machismo, assédio sexual e moral, preconceito e violências de todos os tipos dentro dos espaços da universidade, envolvendo estudantes. Como não existia, até então, nenhum instrumento legal que embasasse as práticas em relação aos casos que surgiam, tornou-se necessária a criação do Código descrito. Contudo, há críticas em relação a isso, pois em virtude de movimentações que ocorreram na época, parece não ter sido uma construção conjunta entre todos os segmentos da universidade. E, ainda, por mais que o Código tenha conseguido nomear algumas práticas e contribuir no reconhecimento de direitos e deveres dos discentes, ainda não se tem um fluxo de atendimento, de acompanhamento, de um fazer para além de normas jurídicas.

Por isso, alguns participantes acreditam que deveria haver um lugar específico na instituição para atender casos de violência e dar um adequado suporte, com uma equipe capacitada: “Eu acredito que deveria ter um local específico, somente para acolhimento de pessoas violentadas, e não com duas, três pessoas mas com uma equipe de fato [...] que seja totalmente multidisciplinar” (Participante 1), “teria que ser um espaço que ninguém se conheça pra que as pessoas tomem coragem de ir, de denunciar, de ir falar sobre essas coisas, né? Ou de tomar providências, eu acho que seria interessante” (Participante 5) e ainda:

Eu acho que poderia ter um centro de referência [...]. Não tem um contato assim que seja específico pra isso, eu acho que seria legal. Você se sentiu ameaçado, se você se sentiu assediado, porque isso é uma coisa que é recorrente e todo mundo sabe que acontece. (Participante 9)

Ter um espaço, um prédio, não sei... salas específicas para atendimento, uma sala específica para atendimento de casos de violência contra mulher, uma sala com atendimentos específicos pra casos de racismo, LGBTQI+fobia, sabe? Salas separadas porque são casos separados, eles podem se cruzar em algum momento, mas eles são casos separados. (Participante 2)

Já o participante 6 traz outro ponto de vista acerca dessa questão, indagando se realmente seria necessário um espaço assim:

Será que é o ideal e o justo nós criarmos uma rede de proteção específica pra esse estudante? Nós temos redes de proteção específica de atenção à saúde específica, mas é um questionamento que se faz há muitos anos em termos de atenção ao estudante, até que ponto nós devemos criar serviços paralelos, certo? Será que vale a pena criar um serviço de atenção à saúde para estudantes da UFSM sendo que o estudante é um cidadão e tá inscrito dentro de um Sistema Único de Saúde? O que que ele tem de mais que a gente tenha que criar esse serviço individualizado? É uma fragilidade? Por que isso? A saúde mental, em alguma medida, a gente sabe que a maioria dos problemas de saúde mental são aumentados em uma faixa etária específica que condiz

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.ufsm.br/2018/07/11/%e2%80%8bperguntas-e-respostas-sobre-o-codigo-disciplinar-discente/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

com a faixa etária da maioria dos nossos estudantes, quer dizer, a gente tem o aparecimento da maioria dos problemas de saúde mental grave de 18 a 24 anos que é a idade de, se não me engano, 60 a 70% da nossa população universitária. Faz sentido a gente ter um serviço de saúde mental. Mas e de violência? Será que a gente tem uma representação de violência tão grande que faz sentido eu criar um serviço nesse sentido? Então, eu não estou convencido que a gente precisa criar um serviço, estou convencido de que a gente tem que deixar as redes, as redes já existentes bem alinhadas, lubrificadas, de conhecimento de todos, não precisa criar rede nova, a rede já existe, inscreve esse estudante na rede de proteção já existente é a minha opinião. (Participante 6)

Diante das falas trazidas, entendemos que a criação de um serviço específico pode contribuir para o acolhimento dos casos que chegam, sobretudo se estiverem atuando pessoas capacitadas, que compreendem as diferentes formas de violência. Entretanto, sabemos que isso pode ter entraves institucionais, uma vez que passa pelo reconhecimento da própria universidade que tal problemática existe e que é necessário tomar atitudes para um adequado enfrentamento. Então, também se pode apostar em fortalecer os serviços já existentes, propiciando debates e capacitações para as pessoas que ali trabalham. Já que sabemos que a existência de apenas um serviço pode não ser a solução, mas se deve reforçar um melhor funcionamento de toda a rede.

Há uma proposta de criação de um espaço específico que está em trâmite na Política de Gênero da instituição. Desde 2017 se discute esta política, na qual se faz a proposta da criação da Casa Frida Kahlo, local de suporte e acompanhamento para pessoas que sofrem violência, como exemplificado por alguns participantes:

A gente propôs ali na segunda parte da política, a casa Frida Kahlo. A casa ela não é uma casa em si, ela pode ser uma sala, mas ela é um espaço para atendimento e acolhimento às pessoas que sofrem violência dentro da instituição e não é pra sair dali e abrir um processo administrativo, não é para fazer a acusação, não é pra julgamento, não é pra nada, é simplesmente a pessoa sofreu violência ela não sabe onde ir 'ah tem a casa Frida Kahlo, eu vou lá ver o que que é'. Aí chega lá alguém vai te receber, vai ouvir e vai te dizer dentro da instituição, agora tu registra isso na Ouvidoria, tu recorre isso lá na assistência estudantil, isso é em tal lugar, porque é isso que não tem. Então, é um espaço que acolhe e orienta, não vai fazer atendimento psicológico, não tem um advogado à disposição, não é nada disso, mas é acolhimento e orientação para vítima de violência dentro da instituição. Eu acho que é isso que falta, porque a gente tem as outras coisas, tu tem como dar os outros passos, tu tem os outros encaminhamentos e funcionam, mas falta esse primeiro, então eu acho que isso resolveria e ajudaria bastante, porque vira uma referência. (Participante 12)

É claro que essa política ela não tem poder punitivo, ela não tem. Ela já aponta caminhos, de que olha existe uma política e a gente vai ter que se antenar com isso e as coisas com o tempo vão ter que começar a mudar. Inclusive nessa política a gente, criaríamos, claro, isso é coisa da nossa cabeça, né? É uma coisa que eu acho que nem vai ser aceito, nós criaríamos a casa Kahlo, a casa Frida Kahlo na universidade que ficaria com a incumbência de trabalhar todas as iniciativas de promoção. De uma nova cultura, com campanhas, com rodas de conversa, com alunos, enfim. Então, claro que pra ter a casa Kahlo, a casa Frida Kahlo, a gente precisa passar no Conselho

Universitário, que não passou ainda, tá tramitando em toda a universidade, já faz quase dois anos, [...] em toda a universidade. (Participante 15)

Além disso, outra ação, apontada pelos participantes, que ocorreu no mesmo ano da criação do Código Discente foi a resolução 026/2018<sup>6</sup>, a qual estabeleceu a proibição de venda e distribuição de bebidas alcoólicas na UFSM. Tal resolução proibiu qualquer uso, venda e/ou distribuição de bebidas alcoólicas dentro da instituição, uma vez que anterior a isso, aconteciam muitas festas e aglomerações de pessoas em que se fazia uso de bebidas alcoólicas dentro da sede universitária.

Independente da forma com que a violência aconteça, sabemos que está associada ao sofrimento, bem como outras consequências. Graner e Cerqueira (2019), a partir de uma revisão integrativa, apontam como fator de risco para o sofrimento psíquico no contexto universitário ter sofrido discriminação (classe, racial, idade, gênero, orientação sexual) e ter sofrido alguma agressão. Sempre devemos levar em conta esse aspecto, visto que há “o sofrimento que é seguido dessa violência, mas ao mesmo tempo muitas vezes esse sofrimento ou ele não existe ou a pessoa não tem consciência do sofrimento, do impacto que tem aquele sofrimento” (Participante 6).

Os impactos de sofrer uma violência serão diferentes a depender da história de vida de cada sujeito. Por isso, não há dúvidas de que diante do sofrimento associado à vivência de uma violência, seja ela qual for, é necessário oferecer um espaço de escuta e acolhimento à pessoa. A partir das entrevistas, é possível perceber que há equipes formadas por diferentes profissionais para atender os estudantes, porém as ajudas são mais de ordem psicológica, isto é, parece haver uma intensa individualização dos casos. O relato da participante 3 nos ajuda a compreender isso: “Nesse sentido talvez ajuda mais psicológica. Ajuda de amparo legal, de fazer denúncia, de ir na delegacia fazer BO, não tenho conhecimento de onde isso seja feito na universidade” (Participante 3). Ela relata ainda “Coloca muito na pessoa [...]. Então tu fica focado só na vítima. E acho que isso da universidade é sempre focado na vítima, né? Dificilmente tem um trabalho com os agressores”.

A gente vê nitidamente, não é o problema do aluno, né? É algo que tá acontecendo ali, ninguém toma uma providência, não acontece nada, e aí os alunos tem que ir lá buscar ajuda e lidar com tudo isso meio que por conta. Eu já ouvi também que eles têm até medo de se juntarem, eles sabem, conversam com os colegas, acontece a mesma coisa com todos e eles não conseguem se mobilizar porque eles têm medo, especialmente da pós, de ter que devolver a bolsa, né? Toda uma questão assim, tá

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://portal.ufsm.br/documentos/publico/documento.html?id=11137706>. Acesso em 25 jan. 2021.

usando ali a manipulação de algo de que a pessoa pode perder, como que a pessoa vai ficar, né? (Participante 3)

Os encaminhamentos em casos de violência se dão especialmente para acompanhamento psicológico individual, conforme observamos. O que pode ser compreendido a partir de uma certa “psicologização da vida”, como aponta Gruda (2016). Tal conceito pode ser entendido ao tratar assuntos que são sociais e históricos em questões individuais e psicológicas. A Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 2015) nos ajuda a pensar sobre tal aspecto, pois ela justamente discute essa polarização indivíduo-sociedade que é tão permanente em nossas práticas. Não há como separar o sujeito do social e nem pensar o social sem os sujeitos. Precisamos olhar para o fenômeno da violência como algo mais amplo, não só oferecendo suporte a quem sofre, mas buscando um trabalho com quem comete, promovendo debates sobre o assunto, mediando conflitos existentes, isto é, transformando o cenário em que a universidade se encontra.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste estudo, tivemos como objetivo conhecer as experiências da comunidade acadêmica acerca das violências no espaço universitário. Compreendemos que ainda se tem uma representação da violência enquanto agressão física, no entanto se percebe um movimento nos participantes de um reconhecimento acerca de outras formas de expressão. Porém, a violência acadêmica, pautada na hierarquização e na dominação, continua invisível e naturalizada. Além disso, por mais que a violência acadêmica dependa do lugar em que se ocupa na instituição, atrelada à hierarquia existente, as outras formas de violência acontecem de maneira mais generalizada e, principalmente, afetam as minorias sociais.

Podemos constatar que por mais que a violência faça parte da história das instituições, atualmente, podemos falar mais sobre ela. Ainda não estamos no patamar de agir mais, mas poder falar, discutir, debater sobre o assunto já pode ser um primeiro passo para o início de uma transformação institucional e social. A instituição estudada, Universidade Federal de Santa Maria, vem promovendo ações para enfrentar a violência, porém ainda não se tem um fluxo de acompanhamento dos casos, havendo uma certa individualização do entendimento da violência. Ademais, percebemos nos relatos dos participantes um certo desconforto em relação ao anonimato não ser garantido nos processos realizados na Ouvidoria da instituição.

Por fim, ressaltamos que essa pesquisa foi realizada durante a pandemia de COVID-19 e acreditamos que isso pode ter afetado, de alguma forma, as respostas e discussões realizadas sobre o tema, uma vez que muitos participantes relatavam estarem cansados de encontros

virtuais e do trabalho remoto. Compreendemos ser necessário que mais pesquisas sobre o tema sejam realizadas, olhando para outras instituições de diferentes lugares no Brasil. Sabemos que, de maneira geral, tem havido uma movimentação para enfrentar as violências, o que torna pertinente mapear as ações presentes em distintas universidades brasileiras.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, T. M. C. Violências contra mulheres nos espaços universitários. In: STEVENS, C. et al. **Mulheres e violências: interseccionalidades**. Brasília: Technopolitik, 2017. Disponível em: <http://www.technopolitik.com.br/downloads/files/MulheresViolenciasInterseccionalidadesTechnopolitik2018rp.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2021.
- ARRUDA, A. Despertando do pesadelo: A Interpretação. In: SOUSA, C. P. et al. **Angela Arruda e as representações sociais: estudos selecionados**. Curitiba: Champagnat; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2014.
- ASSUMPCÃO, A. S. B. M. A mulher no ensino superior: distribuição e representatividade. **Cadernos do GEA**, Rio de Janeiro, n. 6, jul./dez. 2014. Disponível em: [http://flacso.org.br/files/2016/04/caderno\\_gea\\_n6\\_digitalfinal.pdf](http://flacso.org.br/files/2016/04/caderno_gea_n6_digitalfinal.pdf). Acesso em: 10 jan. 2021.
- BORDIEU, P. **A dominação masculina**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. Tradução Maria Helena Kuner.
- CHAUÍ, M. O mito da não violência brasileira. In: ITOKAZU, E. M.; CHAUI-BERLINCK, L. (Orgs.). **Marilena Chauí - Sobre a violência**. Belo Horizonte, Autêntica Editora: 2017. p. 29-50.
- CHAUÍ-BERLINCK, L. Apresentação. In: ITOKAZU, E. M.; CHAUI-BERLINCK, L. (Orgs.). **Marilena Chauí - Sobre a violência**. Belo Horizonte, Autêntica Editora: 2017. p. 17-26.
- D'OLIVEIRA, A. F. Invisibilidade e banalização da violência contra as mulheres na universidade: reconhecer para mudar. **Interface**, Botucatu, 2019, v. 23, e190650. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/icse/2019.v23/e190650/pt>. Acesso em: 05 fev. 2021.
- FORTINO, S. Coexistência dos sexos (verbete). In: HIRATA, H.; LABORIE, F.; LE DOARÉ, H.; SENOTIER, D. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009. p. 44.
- GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2019.
- GRANER, K. M.; CERQUEIRA, A. T. A. R. Revisão integrativa: sofrimento psíquico em estudantes universitários e fatores associados. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n.4, p.1327-1346, Abr. 2019. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232019000401327&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232019000401327&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 11 jan. 2021.



GRUDA, M. P. P. Breves considerações, comentários e ideias acerca de uma Psicologia Social Crítica. **Pesqui. prá. psicossociais**, v. 11, n. 2, p. 514-526, 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v11n2/19.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2021.

JOVCHELOVITCH, S. **Contextos do saber**. Representações, comunidade e cultura. Petrópolis: Vozes, 2008.

LIRA, K. F. S. Representação social da violência contra as mulheres: revisão sistemática dos estudos no Brasil. **Revista de Psicologia**, v. 10, n. 2, p. 22 - 30, jul. 2019. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/32387>. Acesso em: 06 fev. 2021.

LÓPEZ, A. Violencia contra las mujeres en el ámbito universitario: una realidad emergente en la región. **Interface**, Botucatu, v. 23, e190651, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/icse/2019.v23/e190651/es>. Acesso em: 05 fev. 2021.

MAITO, D. C. et al. Construção de diretrizes para orientar ações institucionais em casos de violência de gênero na universidade. **Interface**, Botucatu, v. 23, e180653, 2019. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-32832019000100406&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832019000100406&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 13 jan. 2021.

MARKOVA, I. A fabricação da teoria de representações sociais. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 47, n. 163, p. 358-375, Mar. 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742017000100358&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742017000100358&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 05 fev. 2021.

MINAYO, M. C. de S. O desafio da Pesquisa Social. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.); DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2016.

MINGO, A.; MORENO, H. El ocioso intento de tapar el sol con un dedo: violencia de género en la universidad. **Perfiles educativos**, México, v. 37, n. 148, p. 138-155, 2015.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: Investigações em psicologia social**. 11 ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2015. 408 p.

PALACIOS, F. F. Representación social y género: una relación de sentido común. In: GRAF, N. B.; PALACIOS, F. F.; EVERARDO, M. R. (Org.). **Investigación feminista: epistemología, metodología y representaciones sociales**. México: UNAM, 2012. p. 339-358.

PALACIOS, F. F. **Psicología social y género**. El sexo como objeto de representación social. México: UNAM – CEPHCIS, 2014.

PORTO, M. O enfrentamento da violência no ambiente universitário: uma experiência na Universidade Federal do Acre. In: STEVENS, C. et al. **Mulheres e violências: interseccionalidades**. Brasília: Technopolitik, 2017. Disponível em: <http://www.technopolitik.com.br/downloads/files/MulheresViolenciasInterseccionalidadesTecnopolitik2018rp.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2021.

RODRIGUEZ, A. M. R.; LEONGOMEZ, M. V.; SUAREZ, C. A. A. MUJERES Y CUIDADO: DISPUTAS Y NEGOCIACIONES EN EL ESPACIO ACADÉMICO. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 50, n. 178, p. 981-999, Out. 2020. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742020000400981&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742020000400981&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 05 fev. 2021.

SCAVONE, M. Violência contra a mulher no ambiente universitário. São Paulo: Data Popular/Instituto Avon, 2015. Disponível em: [https://assets-institucional-ipg.sfo2.cdn.digitaloceanspaces.com/2015/12/Pesquisa-Instituto-Avon\\_V9\\_FINAL\\_Bx.pdf](https://assets-institucional-ipg.sfo2.cdn.digitaloceanspaces.com/2015/12/Pesquisa-Instituto-Avon_V9_FINAL_Bx.pdf). Acesso em: 15 jan. 2021.

SOUZA, R. H. V.; FRANÇA, M. P. S.; PEREIRA, C. M. Violência de gênero e assédio sexual em uma Universidade Piauiense: aproximações ao campo de estudo. **Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 6, n. 5, p.26705-26721, mai. 2020.

VASQUEZ, L. Y. F. "Cuentos que no son cuentos": acoso sexual, violencia naturalizada en las aulas universitarias. **Nómadas**, Bogotá, n. 51, p. 135-153, dez. 2019. Disponível em: [http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0121-75502019000200135&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-75502019000200135&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 05 fev. 2021.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar a temática da violência é uma tarefa complexa. Complexa porque envolve muitos aspectos a serem pensados, visto que não há como se pensar na violência buscando compreender somente causa e efeito ou como se fosse possível encontrar uma forma de eliminar completamente essa problemática. Acreditamos que esta temática requer que tenhamos fôlego para realizar as leituras sobre o tema que, por vezes, acabam por nos afetar. Ainda, não é uma tarefa fácil entrevistar pessoas e indagá-las sobre suas experiências em torno disso porque, geralmente, há muito sofrimento envolvido.

O presente estudo buscou, de alguma forma, dar continuidade à pesquisa realizada no meu trabalho de conclusão de curso realizado em 2017. Foi possível ampliar o olhar sobre a problemática, atentando para as diferentes formas de violência que ocorrem no contexto universitário. O primeiro estudo possibilitou perceber que os pesquisadores no Brasil pouco têm estudado sobre o tema, havendo uma concentração maior de pesquisas no México e na Colômbia. Os estudos podem ser considerados recentes, já que predominou o ano de 2019 com o maior número de publicações.

Ainda neste primeiro estudo, evidenciamos a implementação de protocolos nas instituições, que podem demonstrar uma certa mobilização, no entanto ainda há pouca efetividade no enfrentamento aos casos. Destacamos, a partir dos resultados, a necessidade de locais específicos para atendimento, que a temática de gênero e violência seja incluída nos currículos acadêmicos e, ainda, o quanto a mobilização das mulheres inseridas nas universidades tem provocado importantes transformações.

O segundo estudo resultou das entrevistas realizadas com quinze pessoas da comunidade acadêmica da Universidade Federal de Santa Maria. Foi possível compreender que ainda permanece uma representação da violência enquanto agressão física, porém percebemos mudanças a partir de inserção destas pessoas na instituição. As violências entendidas como psicológica, sexual e moral são melhor reconhecidas, entretanto há a persistência de uma violência acadêmica atravessada pela hierarquia institucional. Além disso, parece haver uma certa individualização dos atendimentos aos casos, com pouca efetividade para o enfrentamento da violência.

Por fim, esperamos contribuir para um melhor entendimento da violência no contexto universitário, posto que os resultados desta pesquisa podem ajudar na elaboração de mais ações institucionais. Compreendemos que o caminho a se percorrer para um melhor enfrentamento

das violências neste contexto educacional ainda é longo, pois embora haja modificações em curso, há muito ainda no que avançar. Embora se entenda que a universidade, como parte da sociedade, reproduz as violências que já existem fora dela, ao olhar de forma mais aprofundada para esse espaço, há peculiaridades e atravessamentos que caracterizam esse contexto educacional e devem ser melhor compreendidos.

Buscamos uma universidade que possa enfrentar melhor as violências, pois entendemos que a busca por uma sociedade mais justa e igualitária perpassa por uma vida livre de violências. A universidade representa, em muitos casos, a esperança de uma vida melhor, com mais dignidade para si e para os outros. Por isso, devemos lutar para que ela possa, de fato, oferecer um ambiente acolhedor e libertador.

## REFERÊNCIAS

- ARRUDA, A. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n. 117, p. 127-147, nov. 2002. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742002000300007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000300007&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 25 mai. 2020.
- BELLINI, D. M. G. Violência contra mulheres nas universidades: contribuições da produção científica para sua superação (Scielo e Web of Science 2016 e 2017). Dissertação de Mestrado. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2018.
- CONNELL, R; PEARSE, R. **Gênero: Uma perspectiva global**. São Paulo: NVersos, 2015.
- GUARESCHI, P. **Psicologia Social Crítica: como prática de libertação**. 5. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. 148 p.
- GUIMARÃES, M. C.; PEDROZA, R. L. S. Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 256-266, ago. 2015. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822015000200256&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822015000200256&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 26 mai. 2020.
- JOVCHELOVITCH, S. **Contextos do saber**. Representações, comunidade e cultura. Petrópolis: Vozes, 2008.
- MOSCOVICI, S. **Representações sociais: Investigações em psicologia social**. 11 ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2015. 408 p.
- PARADA, C. S. **Representações sociais de gênero na violência contra a mulher**. Rio de Janeiro: Gramma, 2017.
- PORTO, M. O enfrentamento da violência no ambiente universitário: uma experiência na Universidade Federal do Acre. In: STEVENS et al. **Mulheres e violências: interseccionalidades**. Brasília, DF: Technopolitik, 2017. (p. 399-411).
- SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SOUZA, R. H. V.; FRANÇA, M. P. S.; PEREIRA, C. M. Violência de gênero e assédio sexual em uma Universidade Piauiense: aproximações ao campo de estudo. **Brazilian Journal of Development**, Paraná, v. 6, n. 5, p. 26705-26721, 2020.

## APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

1. O que é violência para você?
2. Quais tipos de violência você conhece?
3. Onde buscar ajuda na UFSM?
4. Você já ouviu falar de algum caso de violência no campus?
5. Se houve casos em que ficou sabendo, quais foram as providências foram tomadas? Onde aconteceram? Por quem?
6. Você já sofreu violência em algum momento da vida? E dentro da universidade?
7. Se sim, como você se sentiu e quais providências você tomou? Buscou alguma ajuda? Quem ficou sabendo?
8. O que contribui para que ocorram casos de violência no contexto universitário?
9. Quem você acha que está mais exposto à violência (servidores, professores ou estudantes, etc)?
10. Quem perpetua mais violência e por quê?
11. Que ferramentas você conhece e são disponibilizadas para prevenir e lidar com situações de violência?
12. O que a Universidade deveria oferecer para lidar com as violências?
13. O que você pode me dizer sobre o trote nas universidades?
14. Para você, existe violência nos trotes universitários?
15. Você percebe alguma relação entre violência, gênero e raça?

## APÊNDICE B – TÉCNICA DE ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS (TALP)

Para cada palavra gostaria que você escrevesse de uma a três palavras que vem à sua mente quando ouve/lê tal palavra ou expressão. Por exemplo: “Cachorro” e para você: “Amigo” ou “Amigo, companheiro, carinho”.

É importante que você não pare para refletir, mas escreva logo o que vem à sua mente.

1. Mulher
2. Homem
3. Violência
4. Universidade
5. Educação
6. Psicologia
7. Estudante
8. Professor
9. Professora
10. Feminismo
11. Minorias
12. Racismo
13. Machismo
14. Homofobia
15. Assédio
16. Estupro
17. Trote
18. Cotas
19. UFSM